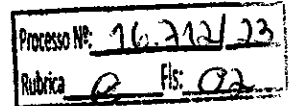


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: d44729de-46a6-44cf-9392-7420ef3b6cd0

Protocolo: Processo Requerimento Nº 016712/2023

Data: 26/06/2023 14:26:55

Origem: TR3 EMP UNIPessoal LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Contato: TR3 EMP UNIPessoal LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OSORIO TEIXEIRA 26/06/2023 14:27:20	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO OU AUTORIDADE COMPETENTE PARA JULGAR, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Ref.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.790.834/0001-01, com sede na Joaquim Thomaz de Aquino Filho, 216, Centro, São João da Barra/RJ, por sua representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/19, e respeitando o item 24.1 do Edital, à presença de Vossa Senhoria, a fim de

IMPUGNAR,

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Antes do enfrentamento do mérito da questão em comento, cumpre destacar a tempestividade desta Impugnação, tendo em vista que o prazo disposto no art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/19:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
(Destaque Nosso)

Ainda de acordo com o item 24.1 do Edital, tal impugnação, pode-se fazer em até três dias úteis antes da data designada para abertura da sessão recebimento das propostas, qual seja no dia 26/06/2023.

24.1 Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para licitacaopmnf@gmail.com até 3 (três dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.

Sendo assim, em virtude de o certame ocorrer no dia 29/06/2023, é tempestiva esta impugnação.

II – DOS FATOS SUBJACENTES

A Administração Pública Municipal de Nova Friburgo, em especial a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos** instaurou o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico - nº 113/2023, do tipo **MENOR PREÇO**, com critério de julgamento **GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM VEÍCULOS ADAPTADOS, OPERADOR/MOTORISTA E ELETRICISTAS, PARA QUE A CONTRATADA REALIZE OS SERVIÇOS DE TROCA DE LÂMPADAS EM TODO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES.**

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, por meio de sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de

Nova Friburgo, no endereço
<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1069>.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com várias divergências e inconsistência, pois afrontam às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado.

III – AS RAZÕES DA REFORMA

Como é de conhecimento de todos nós o edital é a peça-chave de qualquer processo licitatório. O Edital e Instrumento Convocatório estabelecem as regras gerais da Licitação, o escopo dos serviços a serem contratados, as condições de contratação e os valores orçados, etc. e devem conter todas as informações necessárias para que as empresas licitantes formulem suas propostas e cumpram todos os “ritos” de participação na Licitação.

Senão vejamos o artigo 3º da lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Quanto à escolha da modalidade de licitação, ausência de especificação do regime de execução, qualificação técnica, dentre outros, o edital trouxe vícios gravíssimos e com critérios próprios quanto a pontos que atacaremos a seguir:

IV – DA INCOMPATIBILIDADE DO PROCEDIMENTO PREGÃO ELETRÔNICO COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E NÃO COMUNS.

Denota-se que o presente processo licitatório adotou como procedimento a modalidade Pregão Eletrônico, destoando do consagrado entendimento jurisprudencial adotado pelos Tribunais de Contas.

Sabe-se que o Decreto nº 10.024/19 trouxe a possibilidade de modalidade licitatória mais simplificada, o pregão eletrônico, visando trazer agilidade e menos formalismo ao entendimento das necessidades de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública.

No entanto, a referida modalidade de licitação, possui algumas limitações que merecem destaque, dentre elas, a restrição apenas de bens e **SERVIÇOS COMUNS**, disciplinada em seu primeiro artigo, senão vejamos:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os **serviços comuns** de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

(Destaque Nosso)

Bens e serviços comuns são aqueles cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

Todavia, o caso aqui, não se emolda ao procedimento licitatório que se pretende, isto porque, trata-se de concorrência de contratação de **serviços especializados** de manutenção de iluminação pública, com veículos adaptados,

intrinsecamente ligado a estruturação, segurança e bem-estar da população da cidade de Nova Friburgo/RJ.

Tanto é verdade, que a descrição do objeto licitado é clara ao dispor sobre a obrigatoriedade de ser empresa **ESPECIALIZADA**, vejamos:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM VEÍCULOS ADAPTADOS, OPERADOR/MOTORISTA E ELETRICISTAS, PARA QUE A CONTRATADA REALIZE OS SERVIÇOS DE TROCA DE LÂMPADAS EM TODO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

Em pequena leitura ao título/objeto da licitação, podemos, desta análise, depreender-se que a contratação de mão de obra especializada, não pode ser classificada como serviço comum.

Logo, licitação na modalidade pregão eletrônico não se configura instrumento hábil à aquisição de bens e serviços incomuns, pois, não se tratam de serviços padronizados.

Necessário observar ainda, que no pregão, não se leva muito em consideração o fator técnico, sendo analisado apenas o fator preço, motivo pelo qual, não pode ser utilizado para o presente processo licitatório.

Nesse sentido é o ensinamento de Hely Lopes Meirelles:

O que caracteriza os bens e serviços comuns é sua padronização, ou seja, a possibilidade de substituição de uns por outros com o mesmo padrão de qualidade e eficiência. **No pregão o fator técnico não é levado em consideração, mas apenas o fator preço.**¹
Destaque Nosso.

Isso quer dizer que, uma compra realizada seguindo o critério de menor preço, leva em conta o quanto será gasto para aquisição de determinado produto ou serviço,

¹LOPES MEIRELLES, Hely - Direito Administrativo Brasileiro, 34 ed., f. 327

sem se preocupar com a sua qualidade, durabilidade, matéria prima utilizada para sua confecção ou até mesmo se aquele produto ou serviço atenderá de maneira satisfatória a sua finalidade.

Como já dito, trata-se o objeto licitado, de serviços técnicos, especializado e não comum, que possui grande relevância ao interesse público, não podendo ser licitado por procedimento que prima a proposta mais econômica, sem a devida atenção ao fator técnico.

Ademais, comprova-se a complexidade do objeto licitado em análise a alguns itens, já que para a contratação da Empresa Especializada em Manutenção de Iluminação Pública, no que tange a qualificação técnica, foi solicitado contratação de engenheiros eletricitas e de segurança do trabalho, com no mínimo 2 (dois) anos de experiência, evidenciando que para cumprimento fiel e integral do serviço licitado, é necessário possuir capacidade técnica especializada específica, ante a periculosidade dos serviços.

IV.1 – DA INCOMPATIBILIDADE DO PROCEDIMENTO PREGÃO ELETRÔNICO COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E NÃO COMUNS DIANTE DO DECRETO MUNICIPAL Nº 599/20.

Outro fato importante é que o Decreto Municipal nº 599/20, tem a vedação quanto a aplicação do pregão na forma eletrônica quando os serviços de engenharia são enquadrados em serviços especiais ou propriamente dito especializados.

Vejamos a redação do inciso III do art. 3º art. c/c art. 4º do Decreto Municipal nº 599/20:

Art.3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

III- bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

Art.4º O pregão, na forma eletrônica, **não se aplica a:**

I- Contratações de obras;

II- Locações imobiliárias e alienações; e

III- bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

(Destaque Nosso)

Nessa "altura do campeonato" querer afirmar que o objeto desta licitação está errado, é assumir que a redação escolhida para o título do pregão restaria errado, o que de pronto, evitaria vício na contratação, já que o seu chamamento e o preambulo, restariam errados.

Outro fato importante é que a complexidade técnica da montagem de alguns itens, certamente vai de encontro a vedação acima.

IV.II – DOS RISCOS DA MODALIDADE ADOTADA.

Como já ventilado antes, os serviços descritos no objeto do processo de licitação, é serviço de relevante importância, pois engloba a manutenção corretiva e preventiva para que a Rede de Iluminação Pública desempenhe sua função e opere em condição normal, padronizada e de segurança em detrimento das ocorrências comuns de queima, falha, acidente, furto, vandalismo, instalação inadequada ou desempenho deficiente, haja vista estar diretamente relacionado com a aplicação dos recursos para bem-estar e geração de renda no município.

Neste sentido, faz-se necessário apontar alguns riscos inerentes à modalidade pretendida.

Primeiramente, há de se observar que no pregão na forma eletrônica, não leva em consideração o fator técnico, sendo analisado somente o fator menor preço, não sendo considerada a qualidade da prestação do serviço e se de fato será atendido com excelência.

Inegável que a licitação de um serviço tão minucioso e urgente, pela modalidade pregão eletrônico pode acabar por comprometer a segurança da população.

Não estamos aqui a induzir a restrição tão somente a participação de empresas longínquas e sim, de forma a assegurar que a disputa será justa e ainda mais, inegável também que a modalidade escolhida pela Administração Pública aumenta, e muito, as chances de sagrar vencedora, empresa que não possui condições de desenvolver o serviço com excelência, acarretando má prestação e até mesmo suspensão do serviço.

V – DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE REGIME DE EXECUÇÃO CONTRARIANDO À LEI Nº 8.666/93

É urgente ter em mente que as previsões legais não são inúteis, por essa razão, quando o Legislador delibera que determinada situação deverá constar em determinado local, nitidamente, é para que tal situação ocorra daquela forma, caso contrário estaríamos, ao alvedrio da parte, descumprindo normativo legal.

O Poder Executivo é o executor das normas, por essa razão não há espaço para casuísmos quando se trata de licitações.

Pois bem, apesar do artigo 40² da Lei de Licitações determinar expressamente que o preâmbulo do edital deve indicar o regime de execução do qual o procedimento licitatório adotará, o presente instrumento convocatório é omissivo neste ponto, dificultando sensivelmente a formulação da proposta comercial e, conseqüentemente, a execução do contrato.

Vejamos:

² Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: (Destaque Nosso)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

1. PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação com participação AMPLA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

Processo Administrativo nº 3904/2023

Data da sessão: 29/06/2023

Horário: 10h (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras

UASG: 985867

Entende-se por regime de execução “a forma pela qual o objeto do contrato será executado”³, conforme esteja planejando a administração.

O art. 10 da Lei nº 8.666/93 traz em rol exaustivo os regimes de execução aplicáveis aos contratos administrativos:

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

I - execução direta;

II - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) (Vetado);

³ (TCU, 2010: 674)

- d) tarefa;
- e) empreitada integral.

O artigo 55 da mesma legislação completa:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

...

- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

Vejamos o entendimento do E. Tribunal de Contas de Minas Gerais a respeito do tema:

MEDIDA CAUTELAR. DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, CEM POR CENTO ACESSÍVEL VIA WEB, INCLUINDO TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL. **OMISSÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO NO PREÂMBULO DO EDITAL.** AUSÊNCIA DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. AGLUTINAÇÃO INDEVIDA DE SERVIÇOS INTELECTUAIS E FORNECIMENTO DE SOFTWARE. POTENCIAL RESTRITIVO DECORRENTE DOS APONTAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.⁴

EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. FORNECIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. **INDEFINIÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO.** IRREGULARIDADE. De acordo com disposto no art. 40, caput, e no art. 55, inciso II, ambos da Lei n. 8.666/93, o edital deve conter em seu preâmbulo e no conteúdo do instrumento contratual o regime de execução ou a forma de fornecimento do objeto, visando a esclarecer como o contrato deverá ser executado nas prestações que incumbem ao licitante, desde o seu início até o seu encerramento.⁵(Destaque Nosso)

⁴ DENÚNCIA n. 1098413. Rel. CONS. SUBST. ADONIAS MONTEIRO. Sessão do dia 04/03/2021. Disponibilizada no DOC do dia 11/03/2021.

⁵ EDITAL DE LICITAÇÃO n. 1041570. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 05/09/2019. Disponibilizada no DOC do dia 09/10/2019.

A ausência do regime de execução gera dúvidas sobre a forma escolhida pela Administração Pública dentre aquelas previamente determinadas pelo legislador, por isso é imperioso que a Administração preveja o regime escolhido no edital e contrato.

Logo, quando um procedimento licitatório é silente a respeito deste relevante instituto, toda a contratação é comprometida, razão pela qual requer a imperiosa intervenção neste assunto, a fim de determinar a inclusão do regime de execução no edital e na minuta de contrato, em respeito à legislação e jurisprudência afetas ao tema.

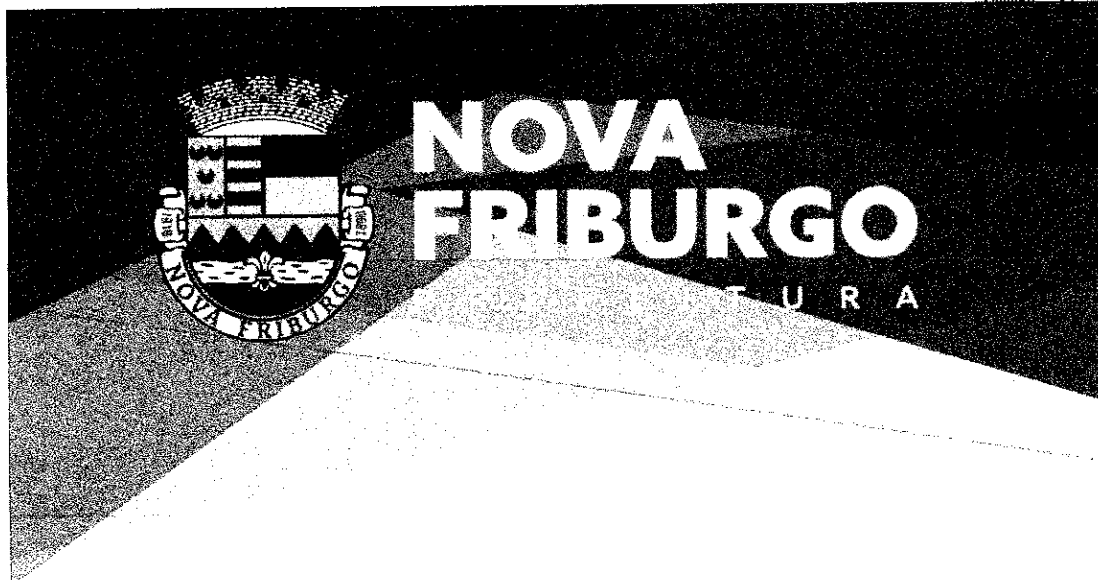
Portanto, tal informação no bojo do edital é de suma importância, haja vista que seria um absurdo que as licitantes fossem obrigadas a intuir o regime que a Administração planeja para a presente licitação.

VI – DA CONFUSÃO EM RELAÇÃO A DATA DE LICITAÇÃO

Outro fato importante a ser relatado, é a confusão do chamamento e a convocação das empresas.

Logo que publicado o chamamento da licitação, obtivemos o edital através do sítio eletrônico da prefeitura. Fato é que de maneira que podemos chamar de um tanto desordeira ou maliciosa, por vezes, o edital teve sua data de acontecimento trocado.

Por vezes, o edital trazia consigo a informação de que a data do certame iria ocorrer no dia 03/07/2023, por vezes o edital trazia consigo a informação de que a data do certame iria ocorrer no dia 29/06/2023, e até mesmo o preâmbulo sem data da sessão, conforme prints abaixo:



PREGÃO ELETRÔNICO 113/2023

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições que seguem nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

03/07/2023

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/07/2023

Processo Nº: 16312/23
Rubrica: e Fls: 15



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA
DE SERVIÇOS
PÚBLICOS

PROCESSO Nº: 3904/2023
RUBRICA: FOLHA:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

1. PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação com participação AMPLA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

Processo Administrativo nº 3904/2023

Data da sessão:

PREÂMBULO SEM DATA E HORA

Horário:

Local: Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras

UASG: 985867

1.1. - ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital os seguintes Anexos:

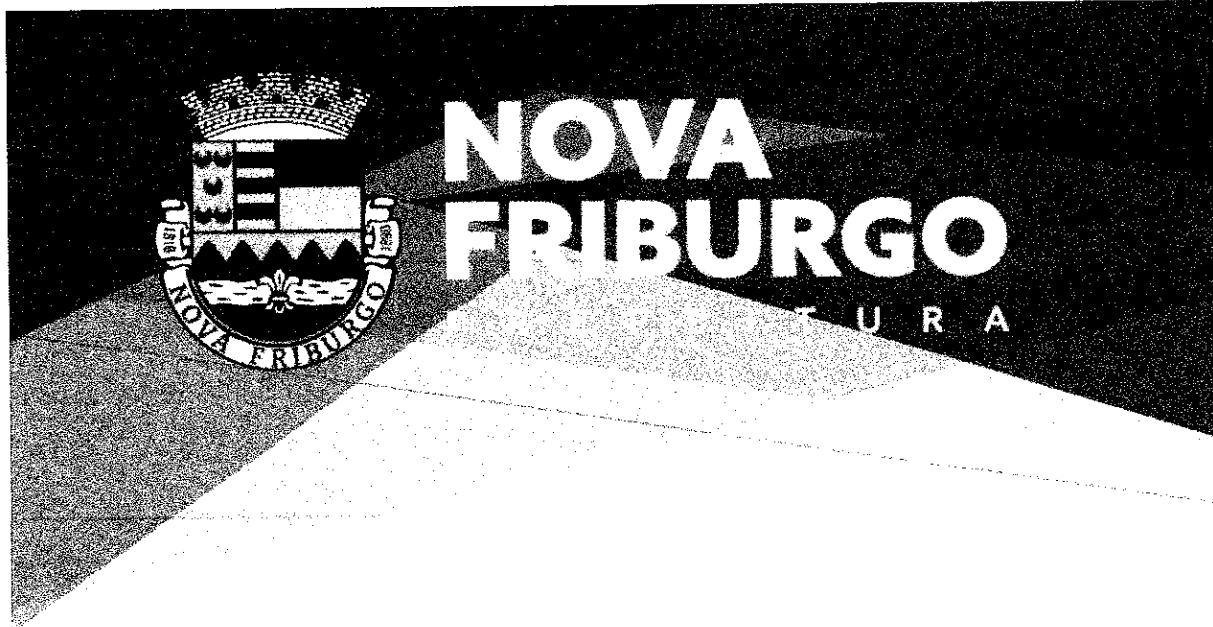
- I —Termo de Referência
- II —Planilha Orçamentária
- III —Modelo de Proposta de Preços
- IV —Declaração Unificada
- V —Minuta de Contrato

2. OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados,

Av. Alberto Braune, nº 224 – 2º Andar / Sala 212 – Centro – Nova Friburgo – RJ
CNPJ: 28.606.630/0001-23 - e-mail: licitacaoprnf@gmail.com – Telefone: (22) 2523-1113

Página 4 de 27



PREGÃO ELETRÔNICO 113/2023

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições que seguem nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

SESSÃO 29/06/2023

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/06/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

1. PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação com participação AMPLA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

Processo Administrativo nº 3904/2023

Data da sessão: 29/06/2023

Horário: 10h (Horário de Brasília)

AGORA SIM COM DATA
E HORALocal: Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras

UASG: 985867

1.1. - ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital os seguintes Anexos:

- I —Termo de Referência
- II —Planilha Orçamentária
- III —Modelo de Proposta de Preços
- IV —Declaração Unificada
- V —Minuta de Contrato

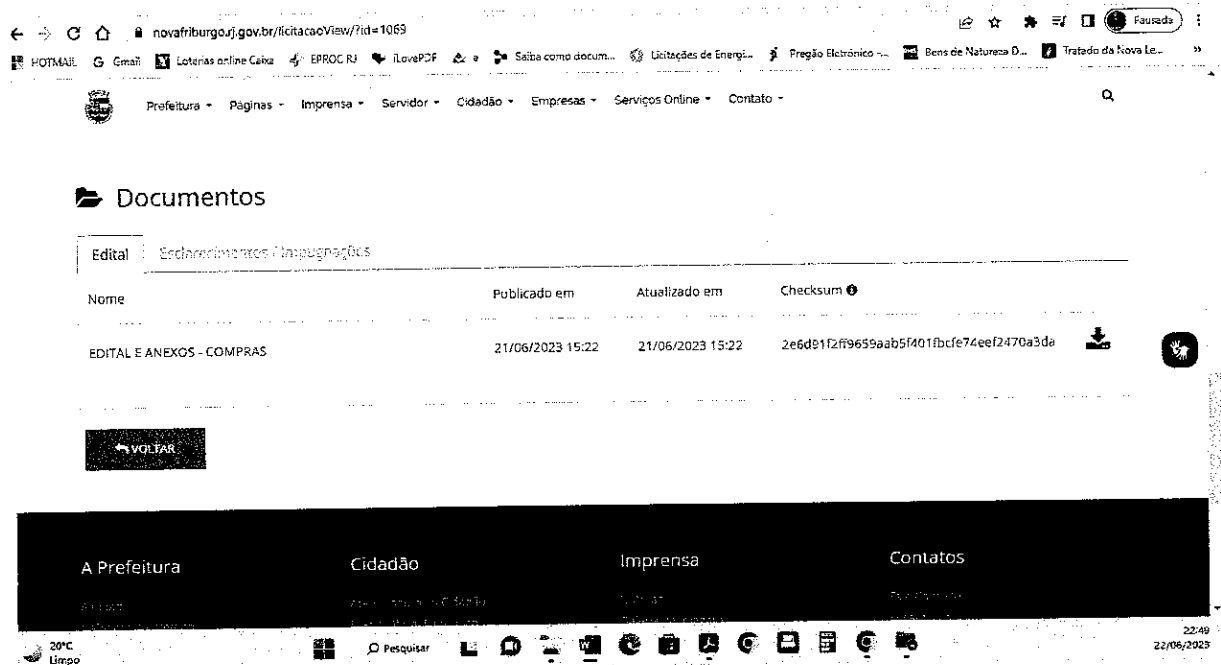
2. OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados,

Av. Alberto Braune, nº 224 - 2º Andar / Sala 212 - Centro - Nova Friburgo - RJ
CNPJ: 28.606.630/0001-23 - e-mail: licitacaoprnf@gmail.com - Telefone: (22) 2523-1113

Página 4 de 27

Outro fato importante, é que no próprio sítio eletrônico que disponibiliza o edital, entrega que somente foi atualizado no dia 21/06/2023, às 15:22⁶, conforme print da tela:



Certamente, teria que ser republicado e nova data ofertada para o chamamento.

Conforme demonstrado acima, isso pode levar várias licitantes ao erro, pois, se tiveram acesso ao edital anteriormente e não foram notificadas sobre essa mudança, certamente, serão afastadas de participar, restando prejudicada a participação neste certame.

Conforme fará parte dos nossos pedidos in fine, é altamente temerário, fornecer o acesso ao edital certo, com prazo menor do que o disposto no art. 25, do Decreto Federal nº 10.024/19⁷, já que de acordo com o art. 21, §3º da Lei nº 8.666/93⁸,

⁶ <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1069>, acessado em 22/06/2023 às 22:49hs.

⁷ Art. 25. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

⁸ Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, **deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:**

o prazo somente poderia começar a contar da efetiva disponibilidade do **Edital correto**, bem como, seus anexos.

VII – DO PRAZO CONTRATUAL E O FERIMENTO AO DISPOSTO AO ART. 57, DA LEI Nº 8.666/93 E ART. 16, §1º, INCISO I, COMBINADOS COM O §4º, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR 101/00.

O termo editalício em questão, prevê em seu preâmbulo, a celebração de contrato de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de iluminação pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitistas, para que a contratada realize os serviços de troca de lâmpadas em todo parque de iluminação pública do município de Nova Friburgo, pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**. Flagrantemente há no dispositivo editalício, falha circunstancial.

Cumpre frisar, que são definidos pela doutrina e também pela jurisprudência do tribunal de contas da união, vide acórdão nº 132/2008, como sendo serviço de característica continuada, aquele que ***“apresenta essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo de modo que a interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou cumprimento da missão institucional.”***

Assim sendo, por mais que seja essencialíssimo a entrega de um sistema de iluminação pública em pleno funcionamento de forma continua, insurge contra o termo editalício em questão, já que de cara, se procura sua limitação temporal ao disposto no inciso II, do art. 57 da lei nº 8.666/93⁹, onde é previsto a duração máxima contratual para este tipo de contrato de 60 (sessenta) meses.

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde. (Destaque Nosso)

⁹ II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Não podemos esquecer que a redação do inciso II, do art. 57, faz a seguinte menção: "prorrogada por iguais e sucessivos períodos".

Ainda no diapasão do lapso temporal, cumpre grifar o seguinte risco de ferimento a lei de responsabilidade fiscal (LC 101/00), especificamente seu art. 16, §1º, inciso I¹⁰. Essa ilustre administração ao prever um contrato de prazo de execução onerosa pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, ultrapassando o atual exercício fiscal e deixou o ordenador de despesa dessa ilustre administração municipal de apresentar comprovação adequada de garantia da despesa¹¹ de acordo com a dotação orçamentária, especificada e suficiente. Cumpre grifar, que tal ferimento legal, representa não só potencial desvio administrativo como também pode ocasionar insegurança financeira ao futuro contrato e desvirtuação ao interesse público.

VIII – DA VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Avaliando ato convocatório, notadamente no que tange as condições de participação, identificamos que o mesmo veda a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio. Vejamos o item 7.1.3 do Edital:

7 – VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

...

7.1.3 Na forma de cooperativas ou **em consórcio de empresas** ou grupo de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição; (Destaque Nosso)

Através do contrato de consórcio determinado número de pessoas formaliza uma associação de interesses, visando a criar obrigações recíprocas e específicas

¹⁰ Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

...
§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

¹¹ § 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

condições que possibilitem os atingir de determinada finalidade empresarial comum (que provavelmente não seria alcançada através da capacidade individual de cada uma delas – seja por motivos de ordem técnica, seja devido a razões econômico-financeiras). Não há subordinação entre as empresas que constituem o consórcio, mas conjugação de esforços e cooperação administrativa.

Para fins de licitação e de contratação administrativa, o consórcio produz uma espécie de sociedade de fato, em que todos os atos praticados individualmente se comunicam aos demais consorciados. A Administração Pública considera, para contratar, o conjunto dos recursos (em acepção ampla) dos diversos consorciados. Produz-se uma soma em que o importante é o somatório total de bens, recursos financeiros, capacitação técnica, etc.

Assim é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

Fica ao juízo discricionário da Administração Pública a decisão, devidamente motivada, quanto à possibilidade de participação ou não em licitações de empresas em consórcio. Relatório de Auditoria do Tribunal tratou das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), especificamente do Lote 5, do Edital de Concorrência nº 12011/2011, realizada pelo Ministério da Integração Nacional – (MI). Uma das irregularidades apontadas foi a restrição à participação de empresas em consórcio. Segundo o MI, “a participação de empresas sob a forma de consórcio envolveria a discricionariedade da Administração”, sendo que, conforme precedente jurisprudencial do TCU, “o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto”. Ao concordar com a alegação apresentada, o relator registrou em seu voto que “**há que se demonstrar com fundamentos sólidos a escolha a ser feita pelo gestor durante o processo de licitação no que toca à vedação da participação de consórcios, ou mesmo à sua autorização**”. Deveria ser analisada, portanto, a situação de cada empreendimento, a partir de suas variáveis, tais quais o risco à competitividade, as dificuldades de gestão da obra e a capacitação técnica dos participantes. Diante disso, a partir do que fora examinado pela unidade instrutiva, para o relator, “há que se ponderar para o fato de que cabe ao gestor definir qual o caminho a tomar relativamente à participação ou não de consórcios, de forma motivada no âmbito do processo

licitatório". Nos termos do voto do relator, o Plenário manifestou sua anuência. Precedente citado: Acórdão nº 1246/2006, do Plenário.¹² (Destaque Nosso)

O Consórcio, segundo entendimento de Marçal Justen Filho, em seus "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", **também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica**. Existem hipóteses em que o consórcio torna-se a forma mais viável de possibilitar a realização da licitação, seja pelas circunstâncias do mercado e/ou pelas dimensões e complexidade do objeto, como no caso em tela, que chegam a criar problemas na competição entre as empresas, forçando, dessa forma, a admitir o instituto do consórcio como única forma de propiciar a ampliação do universo de licitantes, e consequentemente, a realização do certame.

Isso normalmente acontece quando uma grande quantidade de empresas não dispõe de condições para participar do processo, de forma isolada. Por isso, há a necessidade da união das poucas empresas aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.

A participação de consórcios em certames licitatórios vai ao encontro da finalidade da licitação que é a obtenção da melhor relação benefício-custo para atender às necessidades e amplia as chances do órgão encontrar a melhor proposta. Se a empresa não pode participar isoladamente, procurará um parceiro que, juntamente, permitirá o atendimento de todas as regras editalícias, abrindo a possibilidade de outras empresas, consorciadas, participarem do certame.

Desta forma, os consórcios constituem instrumentos de ampliação da competitividade, na medida em que possibilitam às empresas que os integram, algumas com estrutura pequena ou mediana, somar capacidades técnica, econômico-financeira e know-how para participar de procedimento licitatório em que, individualmente, não teriam condições.

¹² Acórdão n.º 1165/2012-Plenário, TC 037.773/2011-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 16.5.2012. 26.

A não aceitação à participação de empresas constituídas em Consórcio demonstra a fragilidade do Edital, logo enseja a limitação da participação de proponentes ferindo cabalmente a garantia dos princípios norteadores da Administração, quais sejam, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa.

Não foram apresentadas as justificativas técnicas e econômicas que respaldem a decisão de vedar a participação das licitantes em forma de consórcio. A natureza do serviço e as especificidades técnicas, não tem o condão de justificar a vedação de participação em consórcio, pelo contrário, o tipo dos serviços e suas especificidades técnicas, justificam a junção de forças das licitantes, já que até mesmo os critérios de aferição de capacidade técnica, se delimita a poucas.

Esse é o entendimento do recente julgado do TCU, principalmente em relação a legislação regente deste certame:

ACORDÃO TCU - 4506/2022 PRIMEIRA CÂMARA

A opção de vedar a participação de consórcios em licitação realizada por Empresa Estatal, apesar de não prevista expressamente na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), insere na esfera de discricionariedade do gestor, com fundamento nos princípios da motivação e da competitividade. Contudo, **demand a apresentação de justificativas técnicas e econômicas que a respaldem.** (Destaque Nosso)

Portanto, faz-se mister a revisão, com a consequente modificação do Edital, no que alude à restrição de participação das empresas constituídas em Consórcio.

IX – SOBRE A EXIGÊNCIA DE CONSULTA A DETERMINADOS CADASTROS NÃO PREVISTOS EM LEI

Como requisito de habilitação, o item 14.1 e alíneas “a” e “b” do Edital dispõem que o pregoeiro consultará os sistemas de registros de sanções SICAF e TCU visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

Da leitura do dispositivo em comento, tem-se a impressão de que uma vez consultado o referido cadastro, na hipótese de haver qualquer penalidade ali inscrita, isto tornará a empresa com uma penalidade supostamente existente, impedida de participar do certame.

Ocorre que, não se pode admitir este tipo de entendimento extensivo, pois seria o mesmo que admitir que empresas suspensas de licitar com a administração pública, estariam impedidas de participar.

Com efeito, o art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993¹³ prevê, dentre as modalidades de penalidades em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.**

Diante do acima exposto, faz-se necessário esclarecer que os conceitos de Administração e Administração Pública são distintos, nos termos dos incisos XI e XII do art. 6º da Lei de Licitações, in verbis:

"Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

...

XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

...

XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;"

Da análise dos dispositivos legais, verifica-se que as expressões "Administração Pública" e "Administração" são distintas.

¹³ Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

...
III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Nesse sentido, importante citar a lição de Marçal Justen Filho a respeito do tema:

“Administração Pública: A expressão é utilizada em acepção ampla e não deve ser identificada com ‘Poder Executivo’. Indica as pessoas de direito público que participam de uma contratação, ainda quando esta contratação se efetive através de órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Além da chamada ‘Administração Direta’ (União, Estados e Distrito Federal, Municípios), a expressão também abrange a ‘Administração Indireta’ (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista). Além disso, as ‘fundações’ instituídas ou mantidas com recursos públicos ou outras pessoas de direito privado sob controle estatal estão abrangidas no conceito.”

“Administração: A expressão isolada é utilizada para identificar a unidade específica que, no caso concreto, está atuando. A distinção entre Administração Pública e Administração é utilizada em algumas passagens na disciplina da Lei n.º 8.666. A hipótese de maior relevância encontra-se no art. 87, incs. III e IV, a propósito das sanções de suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar e de declaração de inidoneidade.”¹⁴

Da mesma forma entende Jessé Torres Pereira:

“A distinção, para os fins de aplicação desta lei, entre Administração e Administração Pública encontra importantes aplicações. Ilustre-se com a intrincada questão de estabelecer se a extensão das penalidades de suspensão e de declaração de inidoneidade, ambas acarretando a supressão temporária do direito de participar de licitações e de contratar. Tratando-se de suspensão, a supressão se dá em face da Administração; na hipótese de inidoneidade, o cumprimento da punição é em face da Administração Pública.”¹⁵

Este entendimento foi ratificado em recentes decisões do Plenário do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 3.243/2012-Plenário, 3.439/2012-Plenário e Acórdão 842/2013-Plenário)¹⁶, segundo o qual **os efeitos jurídicos da referida sanção está adstrita ao órgão que a aplicou**. Nesse sentido, destaca-se:

Informativo TCU nº 147:

¹⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15ª ed. São Paulo: Editora Dialética, 2012, p. 142

¹⁵ PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007, p. 125.

¹⁶ Decisões publicadas recentemente, respectivamente, nos informativos do TCU nº 134, nº 136 e nº 147.

1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993, alcança apenas o órgão ou a entidade que a aplicou.

"[...] O relator, ao examinar os esclarecimentos trazidos aos autos, lembrou que "a jurisprudência recente desta Corte de Contas é no sentido de que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas no âmbito do órgão ou entidade que a aplicou (Acórdãos 3.439/2012-Plenário e 3.243/2012-Plenário)". E mais: "Interpretação distinta de tal entendimento poderia vir a impedir a participação de empresas que embora tenham sido apenadas por órgãos estaduais ou municipais com base na lei do pregão, não estão impedidas de participar de licitações no âmbito federal". Anotou, ainda, que, a despeito de o edital em tela não explicitar o significado preciso do termo "Administração" constante do item 2.2, "c", os esclarecimentos prestados revelaram que tal expressão "referese à própria Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal" e que, portanto, "o entendimento do órgão está em consonância com as definições da Lei nº 8.666/93, assim como com o entendimento desta Corte". [...] O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, decidiu: a) julgar improcedente a representação e revogar a cautelar anteriormente concedida; b) "recomendar à Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal que, em seus futuros editais de licitação, especifique que estão impedidas de participar da licitação as empresas que tenham sido sancionadas com base no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, somente pela própria Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal". **Acórdão 842/2013-Plenário, TC 006.675/2013-1, relator Ministro Raimundo Carreiro, 10.4.2013. (Destaque Nosso)**

Vale mencionar que este já era o entendimento "histórico" do **Tribunal de Contas da União**, conforme se nota dos acórdãos nº 1.727/2006-1ª Câmara, nº 2.617/2010-2ª Câmara, nº 1.539/2010-Plenário e da Decisão nº 352/98-Plenário.

Cabe salientar que o Poder Executivo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, editou a Instrução Normativa nº 03/2018 definindo que a aplicação da sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos, no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 34, §1º, da IN nº 3/2018 SLTI-MPOG)¹⁷.

¹⁷ Art. 34. São sanções passíveis de registro no Sicaf, além de outras que a lei possa prever:

Assim, ao apresentar comparativo entre a sanção de suspensão do direito de licitar/impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade, defende que a **Administração** é entendida, pela definição constante do inciso XI do art. 6º do diploma legal em comento, como sendo o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente – vale dizer, o órgão público. Já a **Administração Pública** é definida como sendo o universo de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do inciso XII do art. 6º da Lei n.º 8.666/93.

Portanto, feita as distinções necessárias e reforçado o posicionamento do plenário do TCU sobre o tema, não se pode admitir que empresas que apresentem algum tipo de penalidade sejam impedidas de participar do certame, a menos que a penalidade seja em face do órgão licitante. Caso contrário, não há o que se falar em impedimento.

Nesse contexto, o mesmo racional se aplica ao disposto no item que se impugna. Não se pode admitir que o resultado da consulta aos cadastros em questão, caso aponte para algum tipo de penalidade, estenda seus efeitos de modo a impedir a empresa penalizada de licitar com outros órgãos, que não o penalizante.

É necessário que seja expressamente previsto que haverá proibição de participar a empresa que, após consulta aos referidos cadastros, verifique-se que exista penalidade com o órgão licitante e não com qualquer órgão.

Como já dito anteriormente, na eventualidade de existirem sanções registradas nesses cadastros, só poderia se dizer que existiria impedimento de participação, se a sanção ali cadastrada fosse restritiva do direito de participar de licitações, cujos efeitos estão limitados ao órgão penalizante na forma do Art. 87, III, da Lei 8.666/93. Ou seja, para que se possa associar o resultado da consulta como

...
§ 1º A aplicação da sanção prevista no inciso III do **caput** impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos, no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção.

impeditivo de participação, a sanção ali registrada deve ser restritiva de participação somente com o presente órgão licitante.

Assim, a simples existência de registro de penalidade de suspensão ou impedimento com outros órgãos que não o licitante, não pode ser condicionante da participação. Para que haja impedimento, a sanção registrada deve necessariamente ser em face do órgão licitante, sob pena de se estar ampliando o previsto na Lei 8.666/93, impedindo a participação de empresas punidas em quaisquer casos, ferindo frontalmente a jurisprudência dominante do TCU sobre o tema.

X – DA RESTRIÇÃO QUANTO A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em sede de abordagem nitidamente preambular ao tema de fundo, cumpre-nos antes tecer uma breve elucidação sobre um tema que lhe é preliminar e adjacente, e que se põe como antecedente necessário para o melhor dimensionamento e boa compreensão de nossa abordagem.

Posto isso, com o objetivo de já de início espantar maiores dúvidas, é imperioso enfatizar, com todas as letras, que o item de qualificação técnica, além de confuso, parecer ser um tanto restritivo.

Vejamos:

No Edital

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

No termo de Referência

01 (Um) Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, engenheiro eletricista, que atuará como Responsável Técnico da Empresa perante os serviços

executados. Comprovação da capacitação técnico-operacional, e profissional dos responsáveis técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos a serviços equivalentes e de características semelhantes ao objeto da presente licitação onde serão consideradas parcelas de maior relevância, com no mínimo de 2 anos de formado.

01 (Um) Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho que atuará como responsável técnico dos serviços objeto desse termo de referência. Comprovação da capacitação técnico-operacional, e profissional dos responsáveis técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos a serviços equivalentes e de características semelhantes ao objeto da presente licitação onde serão consideradas parcelas de maior relevância, com no mínimo de 2 anos de formado.

Em pequena leitura acima, podemos notar duas situações descabidas em conformidade com a legislação vigente. Uma é no que tange a exigência de comprovação da capacidade técnico-profissional de Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho, e, consideração da parcela de maior relevância, profissional com no mínimo de 2 anos de formado.

X.I – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA – SEGURANÇA DO TRABALHO

É fácil entender que estamos tratando da contratação de um Engenheiro de Segurança do Trabalho, até porque, na planilha tanto o Engenheiro Eletricista e o Engenheiro de Segurança do Trabalho, à eles são determinados os mesmos custos, qual seja, R\$ 6.722,47 (seis mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos) mensais.

Incide que com base na Resolução nº 1.107, de 28 de novembro de 2018, que discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de saúde e segurança, este somente pode ser responsável técnico de atividades voltadas a proteção do trabalhador em unidades laborais no que se refere a questões de segurança, inclusive higiene do trabalho.

De forma alguma, pode ser responsável técnico de serviços compatíveis com a natureza do objeto da licitação - **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

O Engenheiro de Segurança do Trabalho ele pode atuar nas atividades de proteção à saúde do trabalhador de uma obra, mas não pode ser responsável técnico dos serviços de iluminação pública e também não pode ter atestado desse tipo de serviços.

Tão somente o Engenheiro Eletricista pode ser o responsável técnico de serviços de iluminação pública e competente para possuir atestados técnicos para os serviços ora licitados.

A Resolução 218/73 do CONFEA (Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia), ainda vigente, designa as atividades de cada especialidade de engenharia, vejamos:

"Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

- Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
- Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
- Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
- Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
- Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;
- Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
- Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
- Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
- Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
- Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
- Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
- Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
- Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

(...)

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTECNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos." (Destaque Nosso)

Logo, apenas o Engenheiro Eletricista tem competência para ser responsável técnico por execução de serviços objeto do presente edital, sendo vedado a Arquiteto ou Engenheiro Civil e outra área da Engenharia.

Imprescindível a alteração deste item. Mais uma vez afirmamos que é impossível **01 (Um) Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho** que atue como responsável técnico dos serviços objeto desse certame, com Comprovação da capacitação profissional, responsável técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e ainda sendo considerada parcelas de maior relevância, com no mínimo de 2 anos de formado, como atacaremos posteriormente.

A manutenção da ilegalidade apresentada trará máculas ao interesse público, e se não forem corrigidas a tempo, redundarão em decretação de nulidade de todo o certame e dos demais atos que a ele sucederem.

X.II – DA ILEGAL EXIGÊNCIA TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nesse ponto não precisamos ir muito longe, para comprovar a ilegalidade do malgrado solicitado.

Em jurisprudência pacífica do TCU, desde o ano de 2017, já se entendia que seria ilegal a exigência de tempo de experiência ou de exercício em função profissional.

Acórdão 134/2017 Plenário¹⁸

É ilegal a exigência de comprovação, para fim de qualificação técnico-profissional, de tempo de experiência ou de exercício em função dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto, porquanto o rol de exigências de habilitação previsto na Lei 8.666/1993 é taxativo.

É imperioso falar, que esse seria mais um item que tange ao absurdo, pois, mesmo com o tema bastante debatido, essa Administração Pública, insiste em colocar tal restrição em seu edital, fazendo com que afaste certamente mais licitantes, já que, não é normal empresas do ramo de Iluminação Pública manter em seus quadro, profissionais do ramo de engenharia de segurança do trabalho.

XI – DA IMPRESTABILIDADE DOS VEÍCULOS DESCRITOS NO PRESENTE CERTAME

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que pela natureza dos SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PRETENDIDOS PELO CERTAME, causa estranheza na descrição dos veículos, em relação ao objeto desde, em equilíbrio com a pretendida execução do objeto para com a geografia do município de Nova Friburgo, em menção aos equipamentos descritos na integra abaixo:

ITEM 01 / CATMAT: 25089 - 01 (UM) CAMINHÃO COM CESTO AÉREO, PREPARADO PARA A FUNÇÃO DE TROCA DE LÂMPADAS, ADAPTADO COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ELÉTRICAS, COM CESTO AÉREO SIMPLES, ISOLADO, EM FIBRA DE VIDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 120 KGF, SENDO SUA INTEGRIDADE E CONDIÇÕES PERIODICAMENTE VERIFICADAS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 180CV, MOVIDO A DIESEL, CARROCERIA FIXA, ALCANCE MÍNIMO VERTICAL (DO SOLO) A APROXIMADAMENTE 17M, COM DUPLO COMANDO, ÂNGULO DE GIRO DE 360°, SIRENE DE RÉ E TODOS

¹⁸ **Acórdão 134/2017 Plenário** (Auditoria, Relator Ministro Benjamin Zymler)

OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO DETRAN, COM MOTORISTA, ELETRICISTA, COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO TOTAL POR CONTA DA CONTRATADA. COM NO MÁXIMO 03 (TRÊS) ANOS DE UTILIZAÇÃO TANTO DO VEÍCULO COMO DO CESTO AÉREO.

ITEM 03 / CATMAT: 25089 - 01 (UM) VEÍCULO MÉDIO, TIPO PICAPE COM ESCADA CENTRAL HIDRÁULICA. VEÍCULO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, NA COR BRANCA, O QUAL DEVERÁ OBTER A CARROCERIA ESPECIFICADA, CARROCERIA FABRICADA EM ALUMÍNIO COM SUPORTE DE ESCADAS LATERAIS, COM ESCADA CENTRAL ELETRO-HIDRÁULICA COM ÂNGULO DE GIRO DE 360°, ALCANCE MÍNIMO DE 7 (SETE) METRO E ARMÁRIO PARA FERRAMENTAS, A SER MONTADA EM VEÍCULOS PRÉ-INDICADOS PARA USO EM SERVIÇOS DE TROCA DE LÂMPADAS, ADAPTADO COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ELÉTRICAS.

Sabendo que Nova Friburgo é um município que compreende os distritos de Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury etc.

De acordo com a divisão regional vigente desde 2017, instituída pelo IBGE, O município pertence às Regiões Geográficas Intermediária de Petrópolis e Imediata de Nova Friburgo. Até então, com a vigência das divisões em microrregiões e mesorregiões, fazia parte da microrregião de Nova Friburgo, que por sua vez estava incluída na mesorregião do Centro Fluminense. Nova Friburgo localiza-se a 846 m de altitude na sede do município, em alguns bairros e distritos do município a altitude chega até 1000 m ou mais, como os bairros do Caledônia, alguns trechos da estrada, bem como o Alto dos 50 e Theodoro de Oliveira. Existem trechos da cidade, como a localidade de São Romão, em Lumiar, em que a altitude chega a 300 metros.

O ponto culminante do município é o Pico Maior de Friburgo, com altitude de 2.366 metros, sendo, também, o ponto culminante de toda a Serra do Mar. Também merece menção o Pico da Caledônia, cuja altitude chega a 2 257 metros, assim como as inundações, recorrentes na região desde a instauração da colônia de povoamento na localidade. Para isso foi pesquisado e abordado o histórico da localidade e a colonização suíça, pioneira na região.

Uma vez que se trata de questão técnica, atinente às especificações do objeto da licitação, as alegações tangem em **NÃO TER EFICIÊNCIA** os equipamentos acima mencionados em função ao objeto (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM VEÍCULOS ADAPTADOS, OPERADOR/MOTORISTA E ELETRICISTAS, PARA QUE A CONTRATADA REALIZE OS SERVIÇOS DE TROCA DE LÂMPADAS EM TODO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO) conforme acima contextualizamos a geografia do município e lugares a serem atendidos neste certame.

Descreveremos 02 VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS solicitados, do qual um será utilizado de forma (TOTALMENTE SAZONAL) e outro (INEFICIENTE E INSEGURO), partindo da premissa de forma detalhada, iremos sopesar em primeiro caso o ITEM 01 / CATMAT: 25089 - O CAMINHÃO COM CESTO AÉREO COM ALCANCE DE 17 METROS e posteriormente o ITEM 03 / CATMAT: 25089 - 01 (UM) VEÍCULO MÉDIO, TIPO PICAPE COM ESCADA CENTRAL HIDRÁULICA. VEÍCULO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, seguiram elencados:

PRIMEIRO VEICULO: ITEM 01 / CATMAT: 25089 - O CAMINHÃO COM CESTO AÉREO COM ALCANCE DE 17 METROS , cujo mesmo tende a ser único e específico para prestação de serviços de forma esporádicas em super postes, o que não correspondem a 6% do quantitativo do parque de iluminação pública do município de NOVA FRIBURGO, em alvitre é valido ressaltar tecnicamente com base em dados de campo, o mesmo ficará limitado ou inútil em alguns casos na execução, pois muitos acessos a luminárias em super postes da cidade, DETÉM DE VEÍCULOS COM SISTEMA DE BRAÇÕES ARTICULADOS E MAIORES ALCANCES, AFIM DE SE PRESERVAR, PRAÇAS, JARDINS E CANTEIROS PARA TE ACESSO A MANUTENÇÃO, lembrando que estamos falando de uma CIDADE EM RIQUEZA PATRIMONIAL HISTÓRICA, justificando assim a sua ausência em EFICIÊNCIA para os serviços a serem executados. Ressalta-se que o certame está dimensionado para 24 meses.

SEGUNDO VEÍCULO: ITEM 03 / CATMAT: 25089 - 01 (UM) VEÍCULO MÉDIO, TIPO PICAPE COM ESCADA CENTRAL HIDRÁULICA. VEÍCULO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, veículo em sua utilização no parque de ativos do Município de Nova Friburgo será INEFICIENTE e o mais importante: INSEGURO.

Para baseamento de sua INEFICIENTE, traremos expertises de campo em lugares dos quais são de revelo geográfico similares ou idênticos aos da cidade de Nova Friburgo, onde a CAMINHONETE CABINE SIMPLES, não trará segurança e confiabilidade para com o motorista e eletricista, ao seu comportamento de ficar imóvel, para execução de algum reparo elétrico, de forma segura em ruas, vielas e etc, com inclinações elevadas, isso ocorre por conta do sistema de freio estacionário ser mecânico conjugado apenas com o sistema hidráulico, quando o carro estiver parado apenas as rodas traseiras estarão "TENSIONADAS POR MEIO DE SAPATAS COM LONAS". Diferentemente de um VUC (veículo urbano de carga) do qual dentem de sistema de freio estacionário por ar pressurizado. A aplicação do sistema de ar pressurizado em veículos operacionais se deve principalmente à sua confiabilidade. Algumas das vantagens de utilizar o freio a ar seriam:

- Possibilidade de atuar efetivamente mesmo com vazamentos consideráveis, já que o ar está sendo introduzido e pressurizado o tempo todo pelo compressor. O mesmo não pode ser dito no caso do hidráulico (ao vazar o fluido, perdem-se os freios). Para veículos desse porte, a habilidade de controlar os freios em condições adversas é muito valiosa;

- No caso de reboques como em caminhões, o acoplamento e desacoplamento das linhas de freio é muito mais fácil. Não há problema de existir ar no sistema como no hidráulico, porque o sistema é composto totalmente por ar;

Esse sistema de ar não é aplicado em carros por conta do seu custo elevado e quantidade maior de componentes, o que também cria um problema de espaço (onde colocar os reservatórios, além do custo de adicionar mais um compressor para roubar espaço e potência do motor). No caso de veículos maiores, como ônibus e caminhões, espaço não é um grande problema. Além disso, o sistema hidráulico

cumpra sua função suficientemente bem em carros e caminhonetes, o que justificaria todo esse investimento adicional em sistemas a ar, mas ao se tratar de um freio estacionário apenas a óleo não é recomendado o uso por longos períodos, pois o sistema não é seguro, o que deverá ter uma atenção exclusiva em sua atuação, recomendando o motorista ficar full time pressionando o pedal de freio para auxiliar e garantir uma ação segura.

Ao que tange o embasamento de sua INSEGURANÇA, mencionaremos em conformidade a descrição do Anexo XII da NR 12, considera-se cesto aéreo o equipamento destinado à elevação de pessoas para execução de trabalho em altura, dotado de braço móvel, articulado, telescópico ou misto, com caçamba ou plataforma. O cesto acoplado é a caçamba ou plataforma acoplada a um guindaste para elevação de pessoas e execução de trabalho em altura, podendo também elevar material de apoio indispensável para realização de serviços em aplicações até 1000 Volts, desde que tenha isolamento apropriado. Em relação ao cesto aéreo, a vantagem dessa modalidade é que o cesto pode se desacoplar da lança, podendo liberar o guindaste para movimentação de cargas.

Em 2016 foi publicado uma nova portaria, na qual o cesto metálico foi abolido, desde então o cesto deve ser produzido com material isolante e com liner rede energizada acima de 1000 Volts. No Anexo XII da NR 12 é citado ainda o cesto suspenso, que é o conjunto formado pelo sistema de suspensão e a caçamba ou plataforma suspensa por equipamento de guindar que atenda aos requisitos de segurança. É utilizado especialmente em caso de grandes alturas, como manutenção e instalação de pás eólicas. Essa operação deve ser assistida por técnicos de segurança e só deve ser considerada quando não for possível aplicar outros recursos, como o cesto aéreo ou o cesto acoplado.

Ao ponto de motivar todo o contexto acima firmado pela CONTRATAÇÃO desses equipamentos, o resultado ser uma desastrosa contratação por um serviço, já conceituado de forma premonitória com INEFICIENTE, com base em estudos técnicos e de campos, arguidos em informações de empresas que já prestaram serviços no município, assim desconstituído a sua justificativa em face ao interesse público de

executar-se os serviços para iluminação de praças e vias públicas, a fim de propiciar melhores condições de vida para a população local, bem como os serviços de iluminação pública são essenciais para a qualidade de vida da comunidade e de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios, constituem um dos vetores mais importantes para a segurança pública dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade.

Além disso, valorizam e ajudam na preservação do patrimônio urbano, embelezam o bem público e propicia a utilização dos espaços públicos no período noturno com atividades de lazer, comércio, cultura, esporte, entre outras. É de extrema importância ressaltar que a Licitação pública tem como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de IGUALDADE, para que seja possível a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, bem como em se enquadrar ao conceito de dano ao erário, uma vez sabendo que o DANO AO ERÁRIO é o **prejuízo da Fazenda Pública**. Em outras palavras, é dar sem receber nada em troca, ou receber alguém daquilo por que se pagou. Denota-se, pois, que o prejuízo está intimamente ligado a um balanço apurado na liquidação do ajuste, e não, necessariamente, ao procedimento que foi adotado, isso se faz jus ao objeto, pelos seguintes fatos de incoerência em contratar equipamentos não compatíveis para execução do objeto por um longo período (24 meses).

XII – DO DESCARTE DOS RESÍDUOS

É importante frisar o item 2.5 do Termo de Referência fala sobre o descarte de resíduos, mas com informações básicas.

2.5 DO DESCARTE DOS RESÍDUOS

2.5.1 A Secretaria Municipal de Serviços Públicos será responsável pelo descarte de todos os resíduos oriundos da execução dos trabalhos aqui previstos;

2.5.2 Sendo assim, no momento em que o caminhão for reabastecer o estoque de material (item 2.4) deverá devolver os resíduos existentes;

2.5.3 Enquanto os materiais permanecerem em poder da CONTRATADA está deverá se responsabilizar pelo correto procedimento de manuseio (retirada/coleta), acondicionamento, transporte, armazenagem, até sua devolução a Secretaria de Serviços Públicos, às suas expensas, segurá-los contra todos os riscos.

Questiona-se:

Em especial ao item 2.5.1, que fala que “A *Secretaria Municipal de Serviços Públicos* **SERÁ RESPONSÁVEL PELO DESCARTE DE TODOS OS RESÍDUOS ORIUNDOS DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS AQUI PREVISTOS;**”

PERGUNTA: A PREFEITURA TEM A LICENÇA DE DESCARTE DE ACONDICIONAMENTO, TRANSPORTE E ARMAZENAGEM?

Em relação ao item 2.5.3, tem a seguinte redação: “*Enquanto os materiais permanecerem em poder da CONTRATADA está deverá se responsabilizar pelo correto procedimento de manuseio (retirada/coleta), acondicionamento, transporte, armazenagem, até sua devolução a Secretaria de Serviços Públicos, às suas expensas, segurá-los contra todos os riscos.*”

PERGUNTA: A EMPRESA NÃO DEVERÁ TER A LICENÇA DE DESCARTE DE ACONDICIONAMENTO, TRANSPORTE, ARMAZENAGEM?

Sabemos o descarte de resíduos de Classe I (perigosos) gerados durante a execução dos serviços (recolhimento das luminárias de fator: Mercúrio, Metálica e Sódio), para seu transporte, deve ser abrigado em contenedores específicos de acordo com suas características, conforme NBR 10.004, até o seu recolhimento por empresa especializada e devidamente licenciada pelo órgão de controle ambiental, conforme NOP-INEA 35.

O PREGOEIRO SABERIA RESPONDER O QUESTIONAMENTO ACIMA?

XIII – DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE SERVIÇOS DE PODE DE PODAS DE ARBORIZAÇÃO URBANA, EM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

No inciso II do parágrafo § 2o do artigo 7º da lei 8.666/93 está disposto que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

Verificamos que: a) Nem todos os serviços necessários e solicitados à execução do objeto se encontram orçados na planilha orçamentária.

Cada veículo almejado na contratação, trás consigo, a função de ter eletricitas com os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública e PODAS DE ARBORIZAÇÃO URBANA. Isso conota a contratação de um funcionário, com duas funções laborativas e incomum a sua natureza laborativa.

Sendo assim, entendemos, que conforme, não é de competência de um eletricitista efetuar podas de arborização urbana, já que estranho a sua função natural, quem deveria fazer?

Não seria previsto mais um funcionário com essa função?

O Tribunal de Contas da União nas “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas”, desenvolvido pela Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste em 2014, em seu subitem 2.14 conceituou Composição de Custo Unitário:

“2.14 Composição de Custo Unitário: define o valor financeiro a ser despendido na execução de uma unidade do respectivo serviço e é elaborada com base em coeficientes de produtividade, de consumo e de aproveitamento de insumos, cujos preços são coletados no mercado.”

Sob a luz deste conceito se conclui que as composições de custo unitário definem todos os insumos (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) que serão empregados em cada serviço.

Sendo assim as composições de custo unitário são a base da precificação dos serviços, representam a necessidade do órgão licitante determinando de fato todos os serviços que contratado executará.

O art. 3º da Lei 8.666/93 preconiza que os princípios constitucionais devem ser observados e cumpridos nas Licitações públicas, sendo estes da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A legalidade é princípio constitucional basilar aplicável à administração pública, previsto expressamente nos artigos 5º, inciso II, e 37 da Carta Magna. Nos dizeres da doutrina:

“O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize. Donde, administrar é prover aos interesses públicos assim caracterizados em lei, fazendo-o na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições.”¹⁹

Consideramos observância do princípio constitucional de legalidade a observância dos artigos 6º inciso IX, alínea “f” da lei de Licitações, o projeto básico deverá conter orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativo de serviços e fornecimentos adequadamente avaliados e 7º, § 2º, Inciso II, no qual está disposto que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a **composição de todos os seus custos** unitários, indispensáveis ao processo licitatório.

A SÚMULA TCU Nº 258/2010 preconiza:

“As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que

¹⁹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 93

compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão 'verba' ou de unidades genéricas".

Dessa forma, esse tipo de serviço deveria vir elencado na planilha orçamentária.

XIV – DA AUSÊNCIA DE CONFEÇÃO DOCUMENTOS TÉCNICOS

Em nenhum momento do Edital, Termo de Referência ou outro documento, fez menção a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) com indicação de responsável técnico habilitado (Engenheiro Eletricista), contrariando o disposto na Lei Federal nº 6.496/77, c/c as Resoluções nº 361 e 425 ambas do CONFEA, que disciplinam a obrigatoriedade da ART.

Para sermos mais específicos, descreveremos em especial, o art. 7º da resolução nº 361 do CONFEA que tem a seguinte redação:

"Art. 7º - Os autores do Projeto Básico, sejam eles contratados ou pertencentes ao quadro técnico do órgão contratante, deverão providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, instituída pela Lei Federal nº 6.496, de 07 DEZ 1977, e regulamentada através de Resoluções específicas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA."

Cabe consignar que buscamos a identificação do Gestor RAFAEL MOREIRA ESTEBANEZ e do Apoio Técnico GUILHERME DE CARVALHO RAMOS que auxiliaram o Secretário Municipal de Serviços Públicos MARCELO DA SILVA PEREIRA, junto aos cadastros do CREA/RJ e tivemos a informação que somente o Engenheiro Civil, GUILHERME DE CARVALHO, inscrito no CREA/RJ sob o nº 2020106376, teria titulação e inscrição nos quadros, porém, não sendo habilitado para assinar projetos de iluminação pública.

Mesmo não tendo formação em engenharia elétrica, pode ser considerado o responsável técnico pela elaboração de um projeto para contratação de engenharia deste ramo? Onde está a ART recolhida junto ao CREA. Certamente, cabe a nós fazer uma consulta formal junto ao CREA/RJ, em relação a confecção de ART.

XV – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se:

- Seja reconhecido a tempestividade da impugnação;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade no que tange **escolha da modalidade pregão eletrônico para contratação de serviços especializados**, conforme objeto do edital;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da **ausência de previsão de regime de execução**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da **confusão quanto a real data do certame**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **do prazo contratual e o ferimento ao disposto ao art. 57, da lei nº 8.666/93 e art. 16, §1º, inciso I, combinados com o §4º, inciso I da Lei Complementar 101/00**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **da vedação a participação de empresas em consórcio**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **sobre a exigência de consulta a determinados cadastros não previstos em lei**;

- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **da responsabilidade técnica – segurança do trabalho**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **da ilegal exigência tempo de experiência profissional responsável técnico**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **da imprestabilidade dos veículos descritos no presente certame**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a confusão sobre **descarte dos resíduos**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **da ausência de previsão de serviços de poda de podas de arborização urbana, em planilha orçamentária**;
- Seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade **da ausência de confecção documentos técnicos**;
- **Que os devidos esclarecimentos sejam prestados pelo Pregoeiro e/ou Gestor da Pasta, sem prejuízo a esta impugnação**;
- Que seja a resposta fornecida no prazo de 02 dias úteis contados da data do recebimento da impugnação, conforme item 24.2 do edital.
- Determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 3º, do art. 24, do Decreto nº 10.024/19, sob pena de instigar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, através de Representação, bem como, Ministério Público Estadual.

Em anexo documentos da titularidade da representação legal:

- Cópia do Contrato Social - licitante;
- Cartão do CNPJ
- Cópia Identidade da Representante Legal;

São João da Barra/RJ, 23 de junho de 2023.

TR3 ENGENHARIA Assinado de forma digital
EMPREENHIMENT por TR3 ENGENHARIA
OS UNIPESOA EMPREENHIMENTOS
LTDA:477908340 UNIPESOA
00101 LTDA:47790834000101
Dados: 2023.06.23
15:09:14 -03'00'

TR3 EMPREENHIMENTOS UNIPESOA LTDA
CNPJ: nº 47.790.834/0001-01
THALINE MACHADO RIBEIRO
CPF: 122.555.967-76

47.790.834/0001-01
TR3 EMPREENHIMENTOS
UNIPESOA LTDA-ME
R JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO, 216
Centro - CEP 28.200-000
São João da Barra / RJ



NOME
THALINE MACHADO RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
277068888 DETRAN RJ

CPF
122.555.967-76

DATA NASCIMENTO
23/07/1997

FILIAÇÃO
ROBSON SANTOS RIBEIRO

ANDREA DOS SANTOS MACHADO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06985606270

VALIDADE
30/06/2031

1ª HABILITAÇÃO
22/03/2016

OBSERVAÇÕES

Thaline Machado Ribeiro

ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

DATA EMISSÃO
05/07/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

76948183581
RJ254268250

RIO DE JANEIRO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

33.2.1219546-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

00-2022/741481-0

JUCERJA

Último arquivamento:

00005071523 - 31/08/2022

NIRE: 33.2.1219546-5

TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

Boleto(s):

Hash: 6DF00F9D-E998-4988-93F0-64972D78752D

Processo Nº: 96212/23

Rubrica Fis: 416

Orgão	Calculado	Pago
Junta	413,00	413,00
DNRC	0,00	0,00

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Nome

TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

Código Ato

Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
022	1	Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANDRÉ RODRIGUES MARQUES DE SOUZA SILVA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00005107525	47.790.834/0001-01	Rua JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO 216	CENTRO	São João da Barra	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

Deferido em 26/09/2022 e arquivado em 26/09/2022

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

8

1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

Nome Novo: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

NIRE: 332.1219546-5 Protocolo: 00-2022/741481-0 Data do protocolo: 23/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/09/2022 SOB O NÚMERO 00005107525 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F8D7687C0150B140F248359FFDA12F828439B7BCAE7B04A8C0E37BBD316D684

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA UNIPESSOAL LTDA.
TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA
CNPJ Nº 47.790.834/0001-01**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito:

THALINE MACHADO RIBEIRO, brasileira, solteira, empresário, inscrito no C.P.F. 122.555.967-76 e portador da Carteira de identidade RG nº 277068888, órgão expedidor DETRAN - RJ, nascido em 23/07/1997 residente e domiciliado na Rua dos Passos, nº 231 – Centro – São João da Barra - RJ, únicas sócias e legítima representante da sociedade empresária limitada, constituída conf. Os Artigos 996 a 1195 da Lei 10.406/2002, denominada, **TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 47.790.834/0001-01 e na JUCERJA/RJ sob o nº 33212195465, arquivado em 31/08/2022, com sede a R Joaquim Thomaz de Aquino Filho, nº 216 - Centro - Campos dos Goytacazes, Cep 28.200-000, resolve promover sua primeira alteração contratual e consolidar as cláusulas abaixo:

E desta forma a nova sociedade será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A denominação social da empresaria Unipessoal Ltda passará a ser **TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.790.834/0001-01 e na JUCERJA/RJ sob o nº 33212195465, arquivado em 31/08/2022, com sede a R Joaquim Thomaz de Aquino Filho, nº 216 - Centro – São João da Barra, Cep 28.200-000

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá como objeto social: 41.20-4-00 construção de edifícios 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita 01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário 20.13-4-02 - Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais 25.13-6-00 - Fabricação de obras de caldeiraria pesada 25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda 28.12-7-00 - Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas 30.31-8-00 - Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes 33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle 33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente 33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas 33.14-7-04 - Manutenção e reparação de compressores 33.14-7-08 - Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de carga 33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária 33.14-7-13 - Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA

Nome Novo: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA

NIRE: 332.1219546-5 Protocolo: 00-2022/741481-0 Data do protocolo: 23/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/09/2022 SOB O NÚMERO 00005107525 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F8D7687C0150B140F248359FFDA12F828439B7BCAE7B04A8C0E37BBD316D684

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 52.50-8-01 - Comissaria de despachos 59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.12-0-02 - Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais 74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação acrescentará 8130-3/00 - Atividades Paisagística;

CLÁUSULA TERCEIRA– O Capital social da Empresaria Unipessoal Ltda, permanece inalterado no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) dividido em 100.000 (Cem mil), quotas de R\$ 1,00 (Um Real) totalmente integralizada neste ato em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUINTA – Todas as demais cláusulas deste ato constitutivo ficam inalteradas

CONSOLIDAÇÃO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
SOCIEDADE EMPRESÁRIA UNIPESSOAL LTDA.
TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA
CNPJ Nº 47.790.834/0001-01

Pelo presente instrumento particular de consolidação de contrato social, o sócio abaixo-assinado:

THALINE MACHADO RIBEIRO, brasileira, solteira, empresário, inscrito no C.P.F. 122.555.967-76 e portador da Carteira de identidade RG nº 277068888, órgão expedidor DETRAN - RJ, nascido em 23/07/1997 residente e domiciliado na Rua dos Passos, nº 231 – Centro – São João da Barra – RJ.



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA

Nome Novo: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA

NIRE: 332.1219546-5 Protocolo: 00-2022/741481-0 Data do protocolo: 23/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/09/2022 SOB O NÚMERO 00005107525 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F6D7687C0150B140F248359FFDA12F828439B7BCAE7B04A8C0E37BBD316D684

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



CLÁUSULA PRIMEIRA – A denominação social da empresaria Unipessoal Ltda passará a ser **TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.790.834/0001-01 e na JUCERJA RJ sob o nº sob o 332.12195465 arquivado em 31/08/2022, com sede a R Joaquim Thomaz de Aquino Filho, nº 218 - Centro – São João da Barra Cep 28.200-000

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá como objeto social: 41.20-4-00 construção de edifícios 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita 01.61-2-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário 20.13-4-02 - Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto orgânicos-minerais 25.13-6-00 - Fabricação de obras de caldearia pesada 25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda 28.12-7-00 - Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas 30.31-8-00 - Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes 33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle 33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente 33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas 33.14-7-04 - Manutenção e reparação de compressores 33.14-7-08 - Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de carga 33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária 33.14-7-13 - Manutenção e reparação de máquinas-ferramentas 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 52.50-8-01 - Comissária de despachos 59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.12-0-02 - Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais

[Assinatura]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA

Nome Novo: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA

NIRE: 332.1219546-5 Protocolo: 00-2022/741481-0 Data do protocolo: 23/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/09/2022 SOB O NÚMERO 00005107525 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F8D7687C0150B140F248359FFDA12F828439B7BCAE7B04A8C0E37BBD316D684

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação acrescentará 8130-3/00 - Atividades Paisagística;

CLÁUSULA TERCEIRA – O capital social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) divididos em 100.000 (Cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real), totalmente subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente do país, da seguinte forma:

THALINE MACHADO RIBEIRO 100.000(Cem) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) perfazendo o total de R\$ 100.000,00(Cem mil reais) totalmente subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente do país

CLÁUSULA QUARTA – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA - A empresa iniciou as atividades em 31/08/2022, e seu prazo de duração será indeterminado, podendo, todavia, ser extinta por decisão do sócio.

CLÁUSULA SEXTA – A sociedade será administrada por **THALINE MACHADO RIBEIRO**, com todos os poderes e atribuições de representações ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autoriza o uso nome empresarial, assinando sempre de maneira isolada.

CLÁUSULA SÉTIMA – No caso de falecimento ou interdição do sócio, a sociedade se dissolverá, sendo pago aos herdeiros os valores de seus haveres apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA OITAVA - O Administrador declara, sob as penas de lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo públicos, ou pro crime falimentar, de prevaricação, perdas ou suborno, concussão peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA NONA – A empresaria poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, assinada pelo sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA – O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de "PROLABORE", observadas as disposições regulamentares pertinentes

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os casos omissos no presente contrato, bem como as dúvidas ou divergência surgidas no vigência do mesmo, serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor, pelo foro de São João da Barra/RJ, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento.

São João da Barra /RJ, 21 de Setembro de 2022


THALINE MACHADO RIBEIRO
CPF Nº 122.555.967-76

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

Nome Novo: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

NIRE: 332.1219546-5 Protocolo: 00-2022/741481-0 Data do protocolo: 23/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/09/2022 SOB O NÚMERO 00005107525 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F8D7687C0150B140F248359FFDA12F828439B7BCAE7B04A8C0E37BBD316D684

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA, NIRE 33.2.1219546-5, PROTOCOLO 00-2022/741481-0, ARQUIVADO EM 26/09/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005107525, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
887.162.877-20	MARCUS ALEXANDRE DOS SANTOS FERREIRA

26 de setembro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TR3 ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

Nome Novo: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

NIRE: 332.1219546-5 Protocolo: 00-2022/741481-0 Data do protocolo: 23/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/09/2022 SOB O NÚMERO 00005107525 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3F8D7687C0150B140F248359FFDA12F828439B7BCAE7B04A8C0E37BBD316D684

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.790.834/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/08/2022
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios
--

<p>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</p> <p>01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita</p> <p>01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente</p> <p>18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário</p> <p>20.13-4-02 - Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais</p> <p>25.13-6-00 - Fabricação de obras de caldeiraria pesada</p> <p>25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda</p> <p>28.12-7-00 - Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas</p> <p>30.31-8-00 - Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes</p> <p>33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle</p> <p>33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente</p> <p>33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas</p> <p>33.14-7-04 - Manutenção e reparação de compressores</p> <p>33.14-7-08 - Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas</p> <p>33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária</p> <p>33.14-7-13 - Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta</p> <p>33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente</p> <p>33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais</p> <p>37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto</p> <p>37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes</p> <p>38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos</p>

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO	NÚMERO 216	COMPLEMENTO *****
---	----------------------	----------------------

CEP 28.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO JOAO DA BARRA	UF RJ
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TR3ENGENHARIA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (22) 9609-3025
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/08/2022
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo Nº: 76.212/23
Rubrica: @ Fls: 55

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.790.834/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/08/2022
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 43.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO	NÚMERO 216	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 28.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO JOAO DA BARRA	UF RJ
-------------------	---------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TR3ENGENHARIA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (22) 9609-3025
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/08/2022
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/06/2023 às 15:07:15 (data e hora de Brasília).

Página: 2/4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo Nº: 76712/23
Rubrica: 2 Fls: 56

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.790.834/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/08/2022
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
52.50-8-01 - Comissaria de despachos
59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
59.12-0-02 - Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO	NÚMERO 216	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 28.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO JOAO DA BARRA	UF RJ
-------------------	---------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TR3ENGENHARIA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (22) 9609-3025
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/08/2022
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/06/2023 às 15:07:15 (data e hora de Brasília).

Página: 3/4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo Nº: 16712/23
Rubrica: 2 Fls: 67

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.790.834/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/08/2022
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO	NÚMERO 216	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 28.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO JOAO DA BARRA	UF RJ
-------------------	---------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TR3ENGENHARIA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (22) 9609-3025
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/08/2022
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/06/2023 às 15:07:15 (data e hora de Brasília).

Página: 4/4

Comissão de Pregão I

Nova Friburgo, 26 de junho de 2023.

À Secretaria Municipal de Serviços Públicos

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

IMPUGNANTE: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESSOAL LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 113/2023.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I


I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e que parte das razões da impugnação tem natureza técnica, tema que foge ao domínio do Pregoeiro, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o item 24.2 do edital do Pregão Eletrônico nº 113/2023, com as razões da impugnante para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processo Administrativo de Impugnação nº 16.712/2023.

Por oportuno, informo que o referido certame está agendado para o dia 29/06/2023, e caso necessário, será SUSPENSO, *sine die*, para melhor análise da impugnação interposta e eventual revisão, adequações e alterações pertinentes ao edital do presente processo licitatório.

Atenciosamente,



Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



Nova Friburgo, 26 de junho de 2023

Para: Procuradoria Geral do Município

Origem: Secretaria de Serviços Públicos

Processo: 16.712/2023

Ilmo. Sr. Procurador Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste encaminhar os autos do presente Processo Administrativo autuado sob o n.º 16.712/2023, que trata de impugnação interposta pela empresa TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA., contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 113/2023, para parecer jurídico acerca dos apontamentos sobre legalidade.

Sem mais para o momento e sempre à disposição.

Atenciosamente,

Marcelo da Silva Pereira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr.: 100.530



PROCESSO Nº 16172
DATA 30 6 23
Folhas Nº 67 Rubrica [assinatura]

Processo: 16172/2023

Requerente: TR3 Empreendimentos Unipessoal Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 113 de 2023 - Processo Licitatório n. 3904/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 26/06/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 113 de 2023 - Processo Licitatório n. 3904/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de iluminação pública, com veículos adaptados, com operador/motorista e eletricitas, para que a contratada realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, é importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 27 de junho de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/44, a existência de diversas irregularidades, a saber: **1)** ilegalidade quanto a escolha da modalidade pregão eletrônico para contratação de serviços especializados; **2)** ausência de previsão de regime de execução; **3)** confusão quanto à real data do certame; **4)** ilegalidade do prazo contratual e ferimento ao art. 57 da Lei n. 8.666/93; **5)** ilegalidade da vedação à participação de empresas em consórcio; **6)** ilegalidade sobre a exigência de consulta a determinados cadastros não previstos em lei; **7)** ilegalidade da responsabilidade técnica - segurança do trabalho; **8)** ilegalidade da exigência de tempo de experiência do profissional técnico responsável; **9)** imprestabilidade dos veículos descritos no certame; **10)** confusão sobre o descarte de resíduos; **11)** ausência de previsão de serviços de poda de arborização urbana em planilha orçamentária; **12)** ausência de confecção de documentos técnicos.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 58/59, acolheu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando o procedimento à Secretaria Municipal de Serviços Públicos para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 24.2 do edital.

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, em despacho de fls. 60, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para parecer jurídico sobre a legalidade dos pontos impugnados.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 26/06/2023 é tempestiva, em conformidade com o subitem 24.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para 29/06/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.



Pois bem. Conforme previsto nos subitens 24.2 e 24.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Serviços Públicos sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Portanto, a presente manifestação se restringirá tão somente aos aspectos jurídicos impugnados, a seguir abordados.

II.1) Ilegalidade quanto a escolha da modalidade pregão eletrônico para contratação de serviços especializados.

Afirma a impugnante que a descrição do objeto licitado não se enquadra como serviço comum de engenharia, mas sim serviço especializado, que não pode ser licitado por meio de pregão, o qual restringe sua aplicação à contratação de bens e serviços comuns.

Verifica-se que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no subitem 2.7 do Termo de Referência, declarou que a classificação do objeto “se enquadra como serviços comuns, na forma da lei 10.520, de 2002 e sua abrangência de realização e uso dos equipamentos compreenderá todo o Município de Nova Friburgo”.

Como narrado anteriormente, a definição do objeto e seu enquadramento cabe à Secretaria requisitante, que detém a expertise técnica necessária para tanto.



Em consulta ao acervo jurisprudencial, verifica-se que o TCU, no Acórdão 1711/2017-Plenário¹, concluiu que, em regra, tais serviços tratam-se de serviços comuns, licitados por meio de pregão:

ENUNCIADO

Os serviços técnicos necessários à estruturação de projeto de parceria público-privada relativo à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura de rede de iluminação pública são, em regra, serviços comuns, licitados na modalidade de pregão.

Importante transcrever parte do voto do Ilmo. Relator:

19. Nesse contexto, é de saber se os serviços afetos ao objeto dos Pregões Eletrônicos AARH 39/2017 e 40/2017 podem ser contratados por meio dessa modalidade.

20. De acordo com o termo de referência do Pregão Eletrônico AARH 40/2017 (idêntico ao do Pregão Eletrônico AARH 39/2017), no âmbito da execução dos serviços técnicos, a contratada será responsável por todas as atividades necessárias à execução do escopo previsto no referido termo e executará um conjunto amplo de atividades com vistas à elaboração de produtos necessários para o sucesso das etapas de estruturação, licitação e adjudicação do projeto, cabendo destacar entre os principais objetivos e diretrizes a serem observados pelos serviços técnicos o de estruturação de projeto nos moldes de Concessão Administrativa para realização de investimentos e prestação dos serviços de iluminação pública no município de Teresina/PI (peça 22, p. 151).

21. O termo de referência prevê que o contrato terá vigência de 24 meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado caso necessário para a completa execução do objeto (peça 22, p. 186), e estabelece escopo e disposições específicas referentes aos serviços técnicos, ressaltando-se (peça 22, p. 157-181):

- a) gerenciamento do projeto;*
- b) elaboração de diagnóstico técnico da rede de iluminação pública;*
- c) elaboração de relatório: (i) para decisão do cenário de investimentos; (ii) ambiental; (iii) de avaliação econômico-financeira; (iv) de plano de negócios referencial; (v) de value for money;*
- d) elaboração de plano de investimentos e operação;*
- e) elaboração dos projetos de engenharia;*

¹ Acórdão 1711/2017-Plenário, DATA DA SESSÃO: 09/08/2017, RELATOR: VITAL DO RÊGO.



- f) elaboração de plano de iluminação pública de destaque, especificamente para a iluminação de monumentos, edifícios históricos, espaços públicos e outras edificações e áreas de interesse especial, a serem definidas pelo BNDES;
- g) elaboração de caderno de encargos contendo todos os elementos técnicos necessários para confecção de minutas de edital e contrato;
- h) serviços de assessoria jurídica abrangendo o conjunto completo de providências relativas à preparação do edital e contrato de concessão, seus respectivos anexos e decorrentes desses, abrangendo a elaboração de opinativos, pareceres, relatórios técnicos, minutas diversas e a execução de outras atividades de cunho jurídico que se façam necessárias para a licitação e contratação do projeto;
- i) mapeamento e interação com potenciais licitantes;
- j) serviços de assessoria de comunicação contemplando a elaboração de plano de comunicação incluindo o mapeamento dos stakeholders mais relevantes; e
- k) revisões e ajustes nos produtos.

22. **Entendo que os serviços descritos no termo de referência do Pregão Eletrônico AARH 39/2017 e 40/2017 se enquadram nos conceitos constantes da Lei 10.520/2002 e do Decreto 5.450/2005 e estão aderentes com a jurisprudência desta Corte de Contas, nos termos do Acórdão 1046/2014-TCU-Plenário, entre outros.**

23. **Portanto, considero improcedente a afirmação da representante.**

No caso acima enfrentado pelo TCU, concluiu-se se tratar de serviço comum, passível de licitação por meio de pregão.

Em verdade, o Tribunal já confirmou, em diversas oportunidades, o entendimento de que os serviços de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, que a Lei 8.666/1993 define como “serviços técnicos profissionais especializados” (art. 13, inciso IV), podem, via de regra, ser considerados “serviços comuns”:

Acórdão 3395/2015-TCU-Plenário

São considerados serviços comuns, tornando viável a utilização do pregão para sua contratação, os serviços de gerenciamento de obras, desde que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

Acórdão 2314/2010-Plenário



Deve ser utilizada, como regra, a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia, a exemplo dos serviços de manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica.

Acórdão 2472/2011-Segunda Câmara

Serviços de operação e manutenção predial, preventiva e corretiva, não apresentam complexidade, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de forma precisa e suficientemente clara, por meio de especificações usuais no mercado, sendo enquadrados como serviços comuns e, portanto, passíveis de licitação mediante pregão.

A questão, inclusive, foi sedimentada na Súmula TCU 257, *in verbis*:

SÚMULA TCU 257: O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.

Verifica-se, ainda, que o Decreto Federal n. 10.024/2019, em seu artigo 3º, inciso VIII, definiu o conceito de serviço comum de engenharia:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

[...]

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

Como se pode ver, a própria definição do serviço de engenharia comum requer a participação de engenheiro habilitado, sendo descabida a alegação da impugnante quanto à complexidade do objeto licitado em razão da exigência, em sede de qualificação técnica, de contratação de engenheiros eletricitistas e de segurança do trabalho.

Não obstante, cabe à Secretaria Municipal de Serviços Públicos averiguar se, de fato, o objeto descrito no Termo de Referência se enquadra como serviço comum de engenharia, nos moldes do entendimento do TCU.

II.2) Ausência de previsão de regime de execução.

A impugnante alega que o edital deve conter em seu preâmbulo o regime de execução ou a forma de fornecimento, consoante art. 40 c/c art 10 c/c art. 55, todos da Lei n. 8.666/93.

Pois bem. Vejamos o teor do art. 40 da Lei n. 8.666/93:



"Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:"

Por sua vez, prevê o art. 10:

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

I - execução direta;

II - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) (Vetado).

d) tarefa;

*e) empreitada integral. Parágrafo único.
(Vetado).*

Já o art. 6º da Lei n. 8.666/93 define os conceitos dos regimes de execução, da seguinte forma:

Art. 6. Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

VII - Execução direta - a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios;

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

c) (Vetado).

d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

O termo de referência equivale ao projeto básico exigido para as modalidades de licitação estabelecidas na Lei n. 8.666/93, devendo conter, dentre outros elementos, a descrição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, indicando, para o caso de serviços, o regime de execução.



Salvo melhor juízo, em se tratando de prestação de serviços comuns de engenharia, também deve ser indicado o regime de execução a ser adotado.

Verifica-se que o Termo de Referência, no item 3, estabeleceu a forma e prazo de execução da prestação do serviço, devendo ser identificado pela Secretaria requisitante em qual regime de execução melhor se enquadra a presente contratação, bem como analisada a necessidade de alterações e correções, sendo certo que apenas se verifica que foi estabelecido o prazo de vigência contratual de 24 (vinte e quatro) meses, não tendo sido estabelecidos os prazos de execução para o início dos serviços ou cronograma de execução com os prazos necessários à execução quando for necessária a realização dos serviços licitados.

II.3) Confusão quanto à real data do certame.

Afirma a impugnante que, por vezes, o edital trazia a informação de que a data do certame seria 03/07/2023, por vezes trazia a informação de que o certame ocorreria em 29/06/2023, requerendo a republicação do edital com nova data.

Dispõe o § 4º, do art. 21, da Lei n. 8.666/93:

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

A jurisprudência do TCU² tem dito que a republicação do edital deve ocorrer sempre que a alteração de cláusula tiver o potencial de afetar a formulação de propostas pelas licitantes.

S.m.j., tais incongruências devem ser verificadas pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e/ou pela Comissão de Pregão, sugerindo-se a republicação do edital do certame, a fim de se evitar questionamentos e restrição à competitividade.

II.4) Ilegalidade do prazo contratual e ferimento ao art. 57 da Lei n. 8.666/93.

Afirma a impugnante que “*por mais que seja essencialíssimo a entrega de um sistema de iluminação pública em pleno funcionamento de forma contínua, insurge contra o tempo editalício em questão, já que de cara, se procura sua limitação temporal ao disposto no inciso II da lei nº 8.666/93, onde é previsto a duração máxima contratual para este tipo de contrato de 60 (sessenta) meses*”, bem como que a redação do referido inciso II faz menção a “*iguais e sucessivos períodos*”.

Por fim, afirma que a Administração previu contrato com prazo de execução onerosa pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, ultrapassando o exercício fiscal, deixando “*o ordenador de despesa dessa ilustre administração municipal de apresentar comprovação adequada de garantia da despesa de acordo com a dotação orçamentária, especificada e suficiente*”.

Quanto à vigência dos contratos administrativos, dispõe o art. 57 da Lei n. 8.666/93:

² ACÓRDÃO 658/2008 - PLENÁRIO; ACÓRDÃO 2032/2021 - PLENÁRIO.



Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Assim, no que toca à definição do prazo inicial de vigência para os contratos de prestação de serviços contínuos, a Lei n. 8.666/1993 conferiu competência discricionária para que o administrador, em vista de cada situação concreta, a partir de critérios de conveniência e oportunidade, estabeleça o prazo inicial que confira à Administração a condição mais vantajosa.

Neste sentido, cumpre trazer à baila os ensinamentos de Rafael Carvalho Rezende Oliveira¹, que assim ensina-nos:

“A inaplicabilidade da regra do prazo anual justifica-se pela contratação de serviços que satisfazem as necessidades permanentes do Poder Público, independentemente da essencialidade do serviço. Em razão da necessidade permanente do serviço (continuidade do atendimento do interesse público), é razoável admitir a contratação por prazo superior a um ano, em vez de realização de licitações e contratações anuais, o que geraria custos desnecessários ao Erário (princípio da economicidade). Na hipótese, a Administração já poderia estipular, desde logo, prazo superior a um ano, mas nunca superior a 5 (cinco) anos, devendo justificar a respectiva decisão”.

Reconhece-se, assim, que a adoção do prazo de 12 meses não retrata uma imposição legal, mas, longe disso, apenas reflete uma praxe administrativa, logo, é possível que os contratos dessa natureza tenham sua duração inicial superior a 12 meses, desde que essa condição confira à Administração maior vantajosidade.

Ademais, apesar da literalidade do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 dispor sobre a necessidade de prorrogação por períodos iguais, a lição de Marçal Justen Filho indica a falta de razoabilidade em conferir interpretação literal ao dispositivo em questão, nos seguintes termos:

“É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não

¹ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo – 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021, p. 929/930.



PROCESSO Nº 18.112
DATA 30 : 6 : 23
Folhas Nº 69 Rubrica 7

for simpático."

O Tribunal de Contas da União também já se manifestou pela possibilidade de prorrogação do contrato por período inferior ao inicialmente ajustado:

"A prorrogação do contrato referido foi por tempo inferior à primeira prorrogação. Pelo disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93, a prorrogação deveria ser por iguais e sucessivos períodos. Contudo, pelo princípio da razoabilidade, se é possível prorrogar por até 60 meses, não há porque exigir-se a prorrogação por idênticos períodos conforme ensinamentos sempre balizados do insigne autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos". (Acórdão TCU 771/2005 - Segunda Câmara).

Portanto, s.m.j., descabida a alegação da impugnante quanto ao prazo de vigência da contratação do serviço.

Quanto à alegação de ausência de comprovação adequada de garantia da despesa, embora não seja de atribuição desta assessoria jurídica, verifica-se que o Edital do Pregão Eletrônico n. 113/2023 consignou em seu item 4 os recursos orçamentários para a cobertura da despesa.

Verifica-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, em declaração acostada às fls. 265 do processo licitatório, declarou para todos os fins que *"a reserva orçamentária foi realizada com base nos valores a serem pagos no exercício de 2023 e que para os exercícios de 2024 e 2025, no qual o contrato estará vigente, possuímos a dotação no Plano Plurianual - PPA, em anexo"*, tendo sido anexado o referido documento às fls. 266.

II.5) Ilegalidade da vedação à participação de empresas em consórcio.

Afirma a impugnante que o item 7.1.3 veda a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, o que restringe a competitividade do certame, não tendo sido apresentadas as justificativas técnicas e econômicas que respaldam tal decisão.

Segundo a jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União², a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, que pode validamente vedar a participação de consórcios quando o objeto não seja considerado de alta complexidade ou vulto:

A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a



competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.

A doutrina³ não destoa do que o TCU afirma:

“A participação de consórcios nas licitações é uma opção discricionária da Administração Pública, na forma do art. 33 da Lei 8.666/1993. Em consequência, a viabilidade de consórcios em determinadas licitações dependerá de previsão expressa no instrumento convocatório, especialmente pelo risco de união entre empresas com o intuito de criação de cartel, inviabilizando a ampla competitividade que deve pautar os certames. Vale dizer: na hipótese de omissão do edital, a participação de consórcios empresariais na respectiva licitação deve ser considerada vedada”.

O que o TCU tem considerado fundamental é verificar, no caso concreto, se a limitação provoca restrição ao caráter competitivo do certame, o que deve ser verificado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

II.6) Ilegalidade sobre a exigência de consulta a determinados cadastros não previstos em lei.

Afirma a impugnante que o item 14.1, alíneas “a” e “b” do Edital, dispõem que o pregoeiro consultará os sistema de registros de sanções SICAF e TCU visando aferir eventual sanção aplicada à licitante que a torne proibida de participar do certame, alegando que não se pode admitir que empresas que apresentem algum tipo de penalidade sejam impedidas de participar do certame, a menos que a penalidade seja em face do órgão licitante, haja vista que a abrangência da penalidade do art. 87, III, da Lei n. 8.666/93 se limita à administração que aplicou a penalidade.

A respeito dos registros cadastrais mantidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública para efeito de habilitação, o artigo 34 da Lei n. 8.666/1993 preceitua que:

“Art. 34. Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, um ano.

§ 1º O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, através da imprensa oficial e de jornal diário, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.

§ 2º É facultado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.”

Sobre o tema, Marçal Justen Filho⁴, elucida que:

³ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo – 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021, p. 813.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, 16ª edição, Revista dos Tribunais, página 673.



"O cadastro consiste num banco de dados mantido por órgão da Administração Pública, contendo a relação das pessoas reputadas habilitadas a participar de licitação e informações sobre a sua situação jurídica, fiscal, técnica e econômico financeira. A existência do cadastro propicia a simplificação da atividade da Administração Pública em licitações. A inscrição no cadastro faz-se de modo abstrato e genérico, independentemente da realização de uma licitação específica. Em oportunidades posteriores, a Administração recorrerá ao conteúdo do cadastro para avaliar a idoneidade do licitante, sem necessidade de reapresentação de documentos ou de disputa sobre o preenchimento dos requisitos já verificados por ocasião do cadastramento.

Para a Administração, os registros cadastrais simplificam e tornam mais rápido o trâmite das licitações.

Já para os particulares, a inscrição nos registros cadastrais representa a possibilidade de promover a comprovação de requisitos perante a Administração sem os atropelos e riscos exigidos em determinada licitação. Apenas para exemplificar, o defeito de documentação em uma licitação específica poderá acarretar a exclusão do licitante do certame. Mas, se o interessado apresentar 2 para inscrição no registro cadastral documentação eivada do mesmo defeito, não haverá maior problema. A Administração poderá conceder ao interessado todas as oportunidades para suprir os defeitos da documentação. Inexistirá o constrangimento derivado da rigidez com que o princípio da isonomia se aplica no curso de uma licitação específica."

No âmbito federal, o Decreto n. 3.722/2001, que regulamenta o art. 34 da Lei n. 8.666/93, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em seu artigo 1º, disciplina que:

"Art. 1º O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal, na forma definida neste Decreto, mantido pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Serviços Gerais - SISG, nos termos do Decreto nº 1.094, de 13 de março de 1994.

*§ 1º A **habilitação dos fornecedores** em licitação, dispensa, inexigibilidade e nos contratos administrativos pertinentes à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, e a alienação e locação **poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF:***

*I - como condição necessária para emissão de nota de empenho, cada administração deverá realizar prévia consulta ao SICAF, **para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público;** e*

II - nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

§ 2º O SICAF deverá conter os registros dos interessados diante da



habilitação jurídica, a regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, bem como das sanções aplicadas pela Administração Pública relativas ao impedimento para contratar com o Poder Público, conforme previsto na legislação.

§ 3º Exceção-se das exigências para habilitação prévia no SICAF as relativas à qualificação técnica da interessada, as quais somente serão demandadas quando a situação o exigir.”

Na forma do Decreto Municipal n. 599/2020, que regulamenta o Pregão Eletrônico no Município de Nova Friburgo, o Município é entidade aderente ao SICAF:

“Art. 10. Na hipótese de pregão promovido pelo Município de Nova Friburgo, o credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no SICAF”.

“Art. 11. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal”.

“Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente no SICAF ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;”.

“Art. 43. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados pelo Município de Nova Friburgo, entidade aderente ao SICAF

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados nos termos do disposto no art. 26.”.

“Art. 49. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

[...]

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no SICAF”.

De acordo com a jurisprudência do TCU⁵, não há ilegalidade no estabelecimento da exigência de cadastramento no Sicaf para participação em certames eletrônicos, o qual afirma, inclusive, que a obrigatoriedade seria “inerente ao pregão eletrônico realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal”.

Ademais, o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em relatório único, os



resultados certidões de Licitantes Inidôneos (TCU), CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Portal da Transparência) e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência)⁶.

Portanto, é plenamente possível a consulta ao SICAF e ao Sistema Consolidado do TCU para verificação de sanções administrativas que impeçam a participação de empresas.

Quanto à abrangência da sanção administrativa que impede a participação de licitantes, por óbvio, trata-se da penalidade prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, qual seja, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na medida em que a sanção prevista no inciso III (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) fica adstrita apenas ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade, conforme entendimento pacificado pelo TCU⁷, não havendo que se falar em necessidade de modificação do edital.

II.7) Ilegalidade da responsabilidade técnica - segurança do trabalho.

Afirma a impugnante que o item 18, que trata da qualificação técnica, é confuso e restrito, sob a alegação de que exige profissional habilitado na área de segurança do trabalho, com no mínimo de 02 (dois) anos de formado.

Alega que o engenheiro de segurança do trabalho não pode ser responsável técnico de serviços compatíveis com a natureza do objeto da licitação - prestação de serviços de iluminação pública, mas tão somente o engenheiro eletricista, na forma da Resolução CONFEA 218/73.

Tratando-se de quesito técnico, cabe à Secretaria Municipal de Serviços Pública análise e manifestação.

II.8) Ilegalidade da exigência de tempo de experiência do profissional técnico responsável.

Afirma a impugnante que a jurisprudência pacífica do TCU entende que seria ilegal a exigência de tempo de experiência ou de exercício em função profissional.

A Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

No primeiro caso (capacitação técnico-operacional), a experiência a ser verificada é a da empresa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

O TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula n. 263⁸, que:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância

⁶ <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

⁷ <https://portal.tcu.gov.br/data/files/7E/94/90/77/8292271066D98227E18818A8/manual-de-sancoes%20administrativas.pdf>

⁸ https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/resultado/sumula/*/NUMERO%253A263/sinonimos%253Dtrue



e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”.

Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico. Considerando o teor do art. 30, § 1º, inc. I. em sua literalidade, a compreensão seria pela impossibilidade de a Administração estabelecer quantitativos mínimos para fins de aferição e comprovação da qualificação técnica profissional. Contudo, essa conclusão baseada na simples literalidade da Lei n. 8.666/93 vem sendo relativizada pelo Tribunal de Contas da União.

No Acórdão n. 3.070/2013 – Plenário, essa questão foi objeto de análise, tendo sido fixada a seguinte tese:

“Não afronta o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 a exigência de atestados com quantitativo mínimo, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, quando este quantitativo reflita características intrínsecas a cada contrato mencionado nos atestados e quando o objeto licitado for de natureza predominantemente intelectual, dificultando, por conseguinte, a aferição dessa capacitação”.

Na forma do voto do Relator, “(...) a respeito da exigência de quantitativo mínimo em relação à referida capacitação técnico-profissional, observo que uma interpretação literal do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 leva à conclusão de ser vedada tal prática. Entretanto, é necessário aprofundar-se na exegese do referido dispositivo, extraíndo-lhe sua verdadeira mens legis e confrontando-a com a exigência estabelecida em cada caso concreto (...)”.

Do voto proferido no referido Acórdão n. 3.070/2013, ainda se extrai a seguinte passagem fazendo remissão à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

72. O grupo de estudos fez constar de seu relatório entendimento do STJ nessa mesma linha (REsp 466.286/SP, Relator Ministro João Otávio Noronha, Segunda Turma, DJ de 20/10/2003):

‘a melhor inteligência da norma insita no art. 30, § 1º, inc. I (parte final) da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis’.

Em alinhamento a esse entendimento, concluiu o TCU que a melhor interpretação a ser dada ao dispositivo é a que permite a exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos relativamente à comprovação de qualificação técnico-profissional, advertindo que cumpre ao administrador, diante de cada caso, examinar a natureza do objeto a ser contratado e avaliar se a fixação dessa condição se mostra necessária para aferição da qualificação técnico-profissional.

No Acórdão 3356/2015 – Plenário, relatado pelo Ministro André Luís de Carvalho, o Tribunal entendeu que exigências relativas ao tempo de formação acadêmica e de experiência



profissional somente são aceitáveis como requisito de habilitação em licitações se acompanhadas de justificativa expressa, no instrumento convocatório, que demonstre a imprescindibilidade de tais condições à execução do objeto.

No Acórdão n. 534/2016 – Plenário, o Tribunal de Contas da União voltou a decidir ser lícito à Administração exigir quantitativos para comprovação da capacidade técnico-profissional, inclusive em nível superior aos quantitativos exigidos para a demonstração da capacidade técnico-operacional, sob a justificativa de que “(...) *embora a experiência da empresa, sua capacidade gerencial e seus equipamentos sejam fatores relevantes, profissionais qualificados são determinantes para o desempenho da contratada*”.

Ainda do referido Acórdão, extrai-se do voto da Min. Relatora que não há “(...) *problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos*”, concluindo, assim, que “(...) *é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados*”.

Portanto, embora a jurisprudência do TCU não seja pacífica sobre o tema, entende-se possível exigir quantitativos mínimos para fins de qualificação técnica profissional, **cumprindo à Administração apresentar motivação capaz de evidenciar que essa exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame.**

II.9) Imprestabilidade dos veículos descritos no certame.

Afirma a impugnante que causa estranheza a descrição dos veículos “*em equilíbrio com a pretendida execução do objeto para com a geografia do município de Nova Friburgo*”.

Tratando-se de quesito estritamente técnico, cabe à Secretaria Municipal de Serviços Pública análise e manifestação.

II.10) Confusão sobre o descarte de resíduos.

Afirma a impugnante que o item 2.5 do Termo de Referência aborda acerca do descarte dos resíduos com informações básicas, questionando a necessidade de que a empresa tenha licença de descarte de acondicionamento, transporte e armazenagem.

Tratando-se de quesito estritamente técnico, cabe à Secretaria Municipal de Serviços Pública análise e manifestação.

II.11) Ausência de previsão de serviços de poda de arborização urbana em planilha orçamentária.

Afirma a impugnante que nem todos os serviços necessários e solicitados à execução do objeto se encontram orçados na planilha orçamentária.

Afirma, ainda, que não é de competência de um eletricista efetuar podas de arborização urbana.



Tratando-se de quesito estritamente técnico, cabe à Secretaria Municipal de Serviços Pública análise e manifestação.

II.12) Ausência de confecção de documentos técnicos.

Afirma a impugnante que o Edital e o Termo de Referência não fazem menção à ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) com indicação de responsável técnico habilitado, contrariando o disposto na Lei Federal n. 6.496/77 c/c Resoluções n. 361 e 421 do CONFEA, que disciplinam a obrigatoriedade de ART.

Afirma, ainda, que somente o Engenheiro Civil Guilherme de Carvalho, “inscrito no CREA/RJ sob o nº 2020106376, teria titulação e inscrição nos quadros, porém, não sendo habilitado para assinar projetos de iluminação pública”.

Tratando-se de quesito estritamente técnico, cabe à Secretaria Municipal de Serviços Pública análise e manifestação.

III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, verifica-se a necessidade de algumas correções no Edital e no Termo de Referência, motivo pelo qual **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Serviços Públicos para manifestação de sua expertise, especialmente quanto aos apontamentos elencados nos tópicos anteriores do presente parecer, aos quais remete à leitura para análise e verificação, resumidamente elencados a seguir:**

1. cabe à Secretaria Municipal de Serviços Públicos averiguar se, de fato, o objeto descrito no Termo de Referência se enquadra como serviço comum de engenharia, nos moldes do entendimento do TCU, conforme abordado no tópico II.1;
2. deve ser identificado pela Secretaria requisitante em qual regime de execução melhor se enquadra a presente contratação, bem como analisada a necessidade de alterações e correções, sendo certo que apenas se verifica que foi estabelecido o prazo de vigência contratual de 24 (vinte e quatro) meses, não tendo sido estabelecidos os prazos de execução para o início dos serviços ou cronograma de execução com os prazos necessários à execução quando for necessária a realização dos serviços licitados, conforme explanado no tópico II.2;
3. considerando a alegação da impugnante quanto à confusão acerca da data de realização do certame, conforme documentos printados às fls. 14/18, bem como diante da evidente necessidade de demais retificações no Edital e no Termo de Referência, a fim de se evitar questionamentos e restrição à competitividade, necessária a republicação do edital do certame, conforme narrado no tópico II.3;
4. considerando que a admissão ou não da participação de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, que pode validamente vedar a participação de consórcios quando o objeto não seja considerado de alta complexidade ou vulto, conforme entendimento do TCU, tal decisão deve ser justificada, na forma da orientação posta no tópico II.5;



PROCESSO Nº 16.712
DATA 30.06.23
Folhas Nº 77 Rubrica 4

5. deve ser analisada a impugnação quanto à suposta ilegalidade da responsabilidade técnica - segurança do trabalho, considerando se tratar de questão técnica, conforme narrado no tópico II.7;
6. cabe à Secretaria Municipal de Serviços Públicos apresentar motivação capaz de evidenciar que a exigência de experiência dos profissionais como requisito de qualificação técnico-profissional é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame, examinando a natureza do objeto a ser contratado, na forma do explanado no tópico II.8;
7. deve a Secretaria Municipal de Serviços Públicos enfrentar a impugnação quanto à alegação da imprestabilidade dos veículos descritos no certame, por se tratar de tema estritamente técnico (objeto do certame), na forma do descrito no tópico II.9;
8. deve a Secretaria Municipal de Serviços Públicos esclarecer acerca do descarte de resíduos, por se tratar de questão estritamente técnico, conforme tópico II.10;
9. deve a Secretaria Municipal de Serviços Públicos se manifestar sobre a ausência de previsão de serviços de poda de arborização urbana em planilha orçamentária, consoante abordado no tópico II.11, por se tratar de assunto estritamente técnico;
10. por fim, cabe a Secretaria se manifestar sobre a ausência de confecção de documentos técnicos, também por se tratar de matéria de cunho estritamente técnico, conforme descrito no tópico II.12.

Após, pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência e decisão de sua competência, na forma do art. 24 do Decreto Municipal n. 599/2020 e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 28 de junho de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior
Jurídico de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347

Nova Friburgo, 04 de julho de 2023

Requerente: TR3 Empreendimentos unipessoal Ltda

Processo: 16.712/2023

Assunto: Impugnação – Edital de Licitação – Pregão Eletrônico n.º 113 de 2023 –
Processo Licitatório n.º 3904/2023

Inicialmente, cabe ressaltar que ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, na condição de secretaria requisitante, evidencio que o objeto descrito no Termo de Referência da contratação pretendida refere-se a serviço comum de engenharia, conforme entendimento do TCU.

Sendo assim, como já dito pela Douta Procuradoria, a presente alegação da impugnante é descabida.

Quanto o regime de execução informamos que trata-se de empreitada por preço global, conforme art. 6, VIII, “a” da Lei n.º 8.666/93, esclarecendo que será realizada a complementação da informação junto ao Termo de Referência e o Edital, bem como esclarecidos os prazos apontados pela Procuradoria.

Verifico que a alegação acerca da confusão da data de realização do certame devem ser verificadas e/ou esclarecidas pela Comissão de Pregão.

Como dito anteriormente trata-se de contratação de serviço comum de engenharia, portanto não há nada que justifique a participação de empresas em consórcio no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade e existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Edital.

A decisão veio após avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para execução do objeto visando o atendimento ao interesse público.

Diante disso, evidenciamos, desde já, que tal vedação quanto a participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, economicidades e moralidade.

Esclarecemos que a solicitação de um profissional habilitado na área de Segurança do Trabalho visa atuação como responsável técnico na segurança dos funcionários na execução do serviço objeto desse Termo de Referência, quanto ao uso de equipamentos proteção individual - EPI's, equipamento de proteção coletiva – EPC's, verificar a qualidade dos equipamentos de segurança utilizados, propor medidas preventivas de acidente visando sempre a proteção à saúde do trabalhador, dentre outras atribuições.

Sendo assim, em atendimento a esta alegação e, a fim de se evitar novos questionamentos, esta Secretaria realizou adequações no Termo de Referência no que se refere ao presente item.

Após análise das alegações apresentadas acerca da exigência de tempo de experiência dos profissionais responsáveis técnicos, bem como parecer jurídico da Procuradoria e levando em conta tratar-se de serviço comum de engenharia, bem como a fim de evitar restrições à competitividade, alterações foram realizadas junto ao Termo de Referência e o Edital.

Dando prosseguimento a análise, informamos que a descrição do objeto da presente licitação advém da Secretaria Requisitante, que o fez com base nas necessidades da Administração Pública, pensando no maior custo benefício para o Município na utilização diária para a manutenção do Parque de Iluminação Pública, com o objetivo sempre de melhorar a prestação do serviço.



Por oportuno, destacamos que a Administração Pública possui discricionariedade na prática de seus atos, com análise em cada caso baseando-se na conveniência e oportunidade.

Sendo assim, informamos que os veículos e suas especificações foram minuciosamente escolhidos com base na realidade do município e na experiência vivida em outros contratos e conhecimentos específicos e prescindíveis para adequação às necessidades da Administração, objetivando entregar um serviço de qualidade a todos.

Como bem informou a Empresa em sua impugnação o Município é formado por distritos com características únicas e distintas, devido as essas singularidades, para atender toda a população e realizar a manutenção de todo o Parque de Iluminação Pública, necessitamos de veículos com essas especificações.

A título de exemplificação, demonstramos que o item 01 – o caminhão com cesto aéreo com alcance de 17 metros, diferentemente do que alega a empresa não será utilizado apenas para manutenção de super postes, atenderá também as principais avenidas do Município, estradas que ligam a Municípios vizinhos, dentre outros.

Já o item 03 – veículo médio, tipo PICAPE com escada central hidráulica adaptada com sistema de proteção contra descargas elétricas visa atender locais de difícil acesso, vielas e demais localidades que não podem ser atendido pelos veículos de grande porte.

Esclarecemos, desde já, que antes de apresentar a especificação dos veículos, profissionais com expertise foram consultados, além de realização de consultas a empresas que fornecem serviços similares na região.

No que diz respeito ao descarte dos resíduos, esclarecemos que os resíduos ficam armazenados em local apropriado e após são leiloados por leiloeiro credenciado pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, para interessados em reciclagem, recuperação, tratamento ou disposição final adequada, conforme NBR12235.

Quando a licença de transporte informamos que em consulta ao sítio eletrônico do IBAMA, esta autorização somente é necessária para transportadoras que exercem a



atividade de transporte de produtos perigosos em mais de uma unidade da federação, ou seja, transporte interestadual.

Quanto a alegação sobre a ausência de previsão de poda de arborização urbana em planilha orçamentária, esclarecemos que não se trata de profissional exclusivo para tal atividade, pois não trata-se de poda complexa, apenas o ato de cortar, aparar possíveis galhos que estejam atrapalhando a execução da manutenção ou que esteja bloqueando a iluminação pública, diminuindo sua eficiência.


Ressaltamos, ainda, que para tal execução apenas é utilizado um facão, não sendo necessário nem mesmo equipamentos de manipulação mais complexa.

Por fim, evidenciamos que no momento em que descrevemos “*profissional habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, engenheiro eletricista...*” é de fácil entendimento a necessidade de registro no competente conselho de classe.


Porém, realmente não restou claro a necessidade do fornecimento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Sendo assim, realizamos as devidas alterações pertinentes.

Em face do exposto, encaminhamos o administrativo a Comissão de Pregão I, conforme orientação da Procuradoria às fls. 77.

Sem pois mais para o momento e sempre à disposição.


Guilherme de Carvalho Ramos
Subsecretário de Serviços Públicos
Matrícula: 63.232

De acordo, em prosseguimento:


Marcelo da Silva Pereira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matrícula nº 100.530

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

Processo Licitatório nº: 3.904/2023

Processo de Impugnação nº: 16.712/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

IMPUGNANTE: TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESOAL LTDA

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPESOAL LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 113/2023.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES



RUBRICA: FOLHA:

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

No tocante à data do certame, realmente houve uma inconsistência inicial, mas que fora sanada tempestivamente, como veremos a seguir.

Não obstante o print apresentado às fls. 18, do qual se infere que a publicação do Edital e seus anexos teria sido realizada no dia 21/06/2023, a retificação fora realizada no dia 07/06/2023 no sítio eletrônico da Prefeitura e no sistema Compras.gov.br no dia 12/06/2023, portanto, dentro do prazo estabelecido pela legislação, conforme print abaixo:

[illegible]



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16.712/2023

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

De toda sorte, o certame fora reagendado para o dia 28/07/2023.

III. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa TR3 EMPREENDIMENTOS UNIPessoal LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 113/2023, e subsidiado pelo setor técnico responsável, que encaminhou parecer técnico às fls. 78 a 81, e no parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município às fls. 61 a 77, no mérito, DOU PROVIMENTO à alteração do edital em comento.

Dessa forma, o presente certame será realizado no dia 28/07/2023 às 10 horas.

Atenciosamente,

LEONARDO GABRIG PEIXOTO

Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934